

A CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS (CII) é uma organização multilateral. Iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros da América Latina e do Caribe, mediante o financiamento de empresas privadas.

A CII leva a cabo sua missão mediante a concessão de financiamento a projetos sob a forma de empréstimos diretos e investimentos de capital, linhas de crédito para intermediários financeiros locais e investimentos em fundos de investimento locais e regionais. Os principais clientes da CII são empresas pequenas e médias, em especial aquelas que encontram dificuldade para obter financiamento de outras fontes em termos razoáveis.

De certa forma, o financiamento da CII é um pré-investimento. A Corporação atua como catalisador, atraindo outros recursos: financiamento adicional, tecnologia e conhecimento especializado. Estes recursos são mobilizados mediante operações de co-financiamento e formação de consórcios, apoio ao lançamento de títulos e identificação de parceiros para empreendimentos conjuntos.

As operações de empréstimos e investimentos implicam avaliar a solidez e as probabilidades de êxito de cada projeto. Ao fazer esta avaliação prévia, a CII assessora seus clientes na concepção do projeto e sua engenharia financeira e ajuda-os a estruturar seu plano financeiro.

Para obter financiamento da CII, os projetos devem oferecer oportunidades de investimento lucrativo. Devem também impulsionar o desenvolvimento econômico de alguma forma: criando empregos, ampliando a participação no capital, gerando uma receita líquida em divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, usando recursos locais, incentivando a poupança local ou promovendo a integração econômica da América Latina e do Caribe. Todos os projetos ambientalmente sensíveis devem incluir medidas preventivas ou corretivas específicas.

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, composta por um representante e um suplente de cada país membro. O poder de voto de cada país é proporcional às ações por ele integralizadas. A Assembléia de Governadores nomeia uma Diretoria Executiva e lhe delega autoridade e poderes consideráveis.

A Corporação está afiliada ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A CII tem autonomia jurídica e conta com recursos e administração separados do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

[Países Membros:](#)

[Alemanha](#)
[Argentina](#)
[Áustria](#)
[Bahamas](#)
[Barbados](#)
[Belize](#)
[Bolívia](#)
[Brasil](#)
[Chile](#)
[Colômbia](#)
[Costa Rica](#)
[Dinamarca](#)
[El Salvador](#)
[Equador](#)
[Espanha](#)
[Estados Unidos](#)
[Finlândia](#)
[França](#)
[Guatemala](#)
[Guiana](#)
[Haiti](#)
[Honduras](#)
[Israel](#)
[Itália](#)
[Jamaica](#)
[Japão](#)
[México](#)
[Nicarágua](#)
[Noruega](#)
[Países Baixos](#)
[Panamá](#)
[Paraguai](#)
[Peru](#)
[Portugal](#)
[República Dominicana](#)
[Suécia](#)
[Suíça](#)
[Suriname](#)
[Trinidad e Tobago](#)
[Uruguai](#)
[Venezuela](#)

Desenvolvimento sustentável

**CORPORAÇÃO INTERAMERICANA
DE INVESTIMENTOS**

RELATÓRIO ANUAL 2002

Mobilização de recursos

Apoio de instituições financeiras
de desenvolvimento

Desenvolvimento institucional

Governança corporativa

Iniciativa privada



Sumário

Carta introdutória	4
O ano em retrospecto	5
Atividades de investimento para o desenvolvimento	15
Governança corporativa na América Latina e no Caribe	37
Demonstrações financeiras	41
Governadores e Governadores Suplentes	58
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	59
Administração e Gerência	59

Gráficos

Distribuição, por países, dos projetos aprovados	21
Distribuição, por setores, do financiamento líquido aprovado	23
Carteira de projetos comprometidos, total acumulado	25
Impacto econômico estimado dos projetos aprovados e ativos	26
Operações aprovadas em 2002	27
Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados	29
Financiamento desembolsado por meio de fundos de investimento e intermediários financeiros	31
Países de origem e aquisições totais, 1989-2002	33

7 de fevereiro de 2003

Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2002 e as demonstrações financeiras auditadas, as quais incluem o balanço geral, a demonstração de receitas e dos lucros retidos, bem como a demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2002.

Atenciosamente,

Enrique V. Iglesias
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

O ano em retrospecto

A América Latina e o Caribe em 2002: panorama econômico

Em 2002, os países da América Latina e do Caribe atravessaram um dos períodos econômicos mais difíceis da história recente da região. Essa crise, a mais grave e generalizada desde a crise da dívida no começo da década de 1980, afetou, em alguma medida, todos os países da região. Mesmo as economias que registraram crescimento cresceram a uma taxa inferior à habitual ou, em vários casos, inferior à taxa de crescimento demográfico. Neste contexto e em vista do desempenho irregular do setor produtivo desde o fim da década de 1990, o produto interno bruto (PIB) per capita da América Latina e do Caribe já vem caindo há meia década.

Mas a crise não se limitou à América Latina e ao Caribe. O quadro econômico da região foi agravado ainda mais pela desaceleração da economia dos Estados Unidos da América (principal parceiro comercial da região), pelos problemas econômicos inerentes ao processo de integração econômica na Europa num momento em que os países participantes se acham em diferentes ciclos comerciais e pela persistente recessão no Japão.

Reação em cadeia

Com as três principais locomotivas do crescimento mundial em dificuldades econômicas, as exportações da América Latina e do Caribe declinaram, num ambiente em que os preços de seus principais produtos ainda estavam baixos. Como era inevitável, a queda nas exportações e nos preços dos produtos primários fez cair também as receitas de exportação e, por sua vez, levou à deterioração da balança comercial e do saldo em conta corrente em alguns países. Como o financiamento externo à região é tradicionalmente escasso e volátil e o investimento direto estrangeiro vem caindo desde o fim da década de 1990, não foi surpresa a gangorra das taxas de câmbio que ocorreu em toda a região durante o ano.

Outro efeito da desaceleração econômica mundial foi o acentuado declínio dos fluxos de capital para a América Latina e o Caribe em seu conjunto. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, os fluxos de capital para o exercício de 2002 se situarão em torno de US\$50 bilhões, cifra acentuadamente inferior à de US\$74 bilhões registrada, em média, de 1996 a 1998; o fluxo líquido de recursos para a região em seu conjunto tem sido negativo pelo quarto ano consecutivo. Grande parte deste declínio deve-se a uma queda do investimento direto estrangeiro. Além disso, o receio manifestado pelos bancos internacionais e gestores de carteiras de investimento reduziu pela metade os recursos de capital comprometidos para a região, que caíram de US\$808 milhões em 2001 para uma projeção de US\$427 milhões em 2002, após uma queda ainda mais acentuada de 2000 a 2001.

O corte no capital financeiro externo afetou de forma desproporcionada o setor, que, tradicionalmente, é o que mais sofre dificuldades de acesso a tais recursos: as pequenas e médias empresas.

A CII em 2002

Efeitos da crise econômica na região

As tendências econômicas regionais e a desaceleração da economia global afetaram igualmente a Corporação. Sua carteira operacional e seus resultados em 2002 foram ambos influenciados pela deterioração do clima comercial, que pode prolongar-se em 2003. Além disso, a queda das taxas de juros nos Estados Unidos reduziu o retorno da carteira líquida da CII e sua capacidade de gerar receita, que poderiam compensar perdas em outras áreas operacionais.

Também aumentou o risco para as operações novas, num clima marcado pelo aumento das taxas de juros em moeda nacional, por um crescente risco cambial e pela percepção de incertezas jurídicas, além de uma acentuada queda nas fontes de crédito em moedas fortes. Todos esses fatores afetam o

desempenho atual e as perspectivas futuras das pequenas e médias empresas e, portanto, o desempenho da Corporação.

Todavia, se por um lado as atuais condições econômicas realmente dificultam a missão da CII, por outro põem em relevo a importância de seu papel como instituição capaz de ajudar as pequenas e médias empresas da região a proteger-se da crise que as afeta de modo desproporcional.

Operações essenciais

Este ano, a Diretoria Executiva da CII aprovou vinte projetos em quinze países, assim como outros quatro projetos de âmbito regional, num total de US\$123,5 milhões. Sete por cento dos recursos aprovados destinavam-se a investimentos acionários e 95% a empréstimos. Os dois investimentos acionários foram canalizados para fundos de investimento regionais voltados para o desenvolvimento. Esses fundos alcançam uma capitalização total de US\$110 milhões, proporcionando uma alavancagem de 12,2:1 aos investimentos acionários da própria CII durante o ano. Um dos empréstimos será co-financiado, para mobilizar um total de US\$8,5 milhões em financiamento por parte de bancos e outros participantes.

As aprovações do ano seguiram-se à identificação de 379 projetos potenciais em 25 países; 209 não foram considerados por não atender aos critérios básicos da CII com relação a tamanho, adicionalidade ou risco percebido, entre outros fatores. Os 170 restantes passaram a uma fase posterior. Como resultado, vinte transações foram apresentadas para consideração e aprovação da Diretoria Executiva.

Resultados financeiros

Em 2002, a receita da CII proveniente de todas as fontes elevou-se a US\$19 milhões. A receita das operações de empréstimo totalizou US\$14 milhões (US\$12 milhões de juros e US\$2 milhões de comissões). Os ganhos de capital e a receita de dividendos gerados pela carteira de investimentos acionários elevaram-se a US\$2 milhões no ano. O total dos gastos, inclusive US\$44 milhões em provisões, foi de

US\$60 milhões, resultando numa perda líquida de US\$41 milhões.

As condições econômicas regionais levaram a reconhecer um aumento dos riscos e a introduzir as correspondentes provisões para perdas na carteira da Corporação em 2002.

O impacto sobre o desenvolvimento

As operações aprovadas em 2002 devem levar à criação de mais de 9.000 empregos e gerar exportações anuais no valor de US\$225 milhões, contribuindo com US\$168 milhões anuais para o PIB da região. Os US\$123,3 milhões aprovados em 2002 respaldarão a implementação de projetos com um custo total de US\$317 milhões. Para cada dólar destinado pela Corporação a projetos aprovados no ano de 2002, 2,6 dólares irão para projetos de investimento.

Em termos acumulados, a CII canalizou recursos para mais de 3.500 beneficiários da América Latina e do Caribe desde que iniciou suas operações, em 1989. Empreenderam-se projetos com um custo total superior a US\$8 bilhões, graças a US\$850 milhões em recursos fornecidos pela CII sob a forma de empréstimos e investimentos acionários, além de US\$400 milhões em recursos que a Corporação mobilizou mediante acordos de co-financiamento. Para cada dólar investido pela CII, 9 dólares destinam-se a empresas que já criaram cerca de 215.000 empregos e geram US\$3 bilhões em divisas para a região a cada ano. As operações nos países com economias maiores elevam-se a US\$667 milhões, enquanto as implementadas nas economias menores da região totalizam US\$387 milhões, ou seja, respectivamente, 63% e 37% da carteira. Os projetos com cobertura regional totalizam US\$241 milhões. Dos investimentos comprometidos pela CII, 87% haviam sido cabalmente desembolsados até 31 de dezembro de 2002.

Atividades dos órgãos dirigentes

Assembléia de Governadores

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, constituída por um representante e um suplente designados por cada país membro.

Entre os poderes da Assembléia de Governadores que não podem ser delegados à Diretoria Executiva figuram a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Corporação e a emenda do seu Convênio Constitutivo.

A Assembléia de Governadores realiza uma reunião anual em conjunto com a reunião anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pode também reunir-se extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva.

A XVII Reunião Anual da Assembléia de Governadores teve lugar em Fortaleza, Brasil, de 11 a 13 de março de 2002. Durante essa reunião, os Governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII para o ano findo em 31 de dezembro de 2001, bem como o Relatório Anual da Corporação. Os Governadores aprovaram igualmente uma emenda mediante a qual foi eliminado do Convênio Constitutivo o requisito segundo o qual o poder de voto nas empresas em que a Corporação investe deveria ser detido maioritariamente por investidores cidadãos de países membros regionais. Os Governadores solicitaram também a criação de um grupo de estudo externo para examinar a atual situação da Corporação, bem como seus programas e políticas para o futuro.

Diretoria Executiva

A responsabilidade da condução das operações da Corporação cabe à Diretoria Executiva que, com esta finalidade, exerce todos os poderes a ela conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembléia de Governadores. Os 13 membros e os 13 membros suplentes da Diretoria cumprem mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da Corporação.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva, composto por quatro membros, examina todos os empréstimos e investimentos da Corporação em empresas de países membros.

Em 2002, a Diretoria Executiva considerou

- vinte propostas de empréstimos e investimentos
- modificações da regulamentação de políticas operacionais, financeiras e de investimento relacionadas com o equilíbrio geográfico e diversificação das operações nos países membros regionais em desenvolvimento; a lei aplicável aos documentos jurídicos da Corporação; os tipos de instrumentos financeiros; a proteção dos interesses da CII; as garantias; os tipos de juros e as comissões aplicáveis a empréstimos; e a diversificação do risco da carteira
- a modificação do Regulamento da Diretoria Executiva, mudando o processo sumário para a aprovação de novas operações de empréstimo e investimento
- o programa de financiamento da CII para 2002 e a estratégia para 2002-2003
- a nomeação e os termos de referência de um grupo de estudo externo
- as diretrizes de operações e de políticas para um mecanismo de investigação independente para a CII
- uma estratégia para a gestão de recursos humanos com as respectivas diretrizes gerais
- o relatório final sobre o programa Finpyme (Financiamiento Innovador para Pequeñas y Medianas Empresas).

Outras funções permanentes

Avaliações independentes

A necessidade de desenvolver indicadores objetivos (essenciais à prestação pública de contas dos responsáveis por recursos públicos e também para aprender com a experiência, estabelecer padrões de êxito e reforçar objetivos e valores empresariais) levou a CII a implementar um sistema de avaliação de projetos baseado em diretrizes desenvolvidas pelo grupo de cooperação para avaliação (Evaluation Co-operation Group) dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A

função de avaliação divide-se em auto-avaliação e avaliação independente.

A auto-avaliação dos projetos compete a responsáveis por investimento da CII. O Escritório de Avaliação e Supervisão do BID presta à CII serviços de avaliação independente nos termos de um acordo entre as duas instituições. Em março de 2002, o Escritório de Avaliação e Supervisão apresentou à Diretoria Executiva da CII resultados preliminares da avaliação sobre um grupo de 20 projetos; até março de 2003, serão apresentados os resultados relativos a mais 25 projetos.

Em 2002, o Evaluation Co-operation Group comparou as práticas de cada organização membro com os padrões acordados de boas práticas. A metodologia de avaliação da CII, bem como os avanços alcançados em sua implementação, receberam uma alta qualificação.

Gestão de carteira e de risco creditício

A aplicação efetiva e produtiva dos recursos subscritos pelos acionistas da CII exige uma administração de carteira correta, que leve em conta, primordialmente, os dois principais tipos de risco a que estão expostas as empresas com projetos da CII: o risco macroeconômico e o risco creditício.

O risco macroeconômico está, em grande medida, fora do controle da CII e de seus clientes. No entanto, o processo de avaliação anterior à aprovação do projeto leva em conta este risco e é concebido para evitar situações em que o risco potencial torne praticamente impossível atingir as metas de desenvolvimento da CII ou recuperar os seus ativos.

A Unidade de Crédito da Corporação fornece ao Comitê de Crédito uma avaliação do risco creditício e da estrutura de transações de cada empresa com projeto da CII, inclusive uma análise do pacote de segurança. Cabe ao Comitê a responsabilidade de recomendar ao Gerente-Geral a apresentação de projetos específicos à consideração da Diretoria Executiva e, portanto, concentra-se primordialmente em estudar questões de crédito e assegurar que os empréstimos e investimentos se estruturam de forma compatível com o

perfil de risco da empresa interessada no projeto.

As questões não-creditícias, como o impacto desenvolvimentista e ambiental do projeto, a mobilização de recursos do setor privado e dos mercados de capital internacionais, bem como as políticas da CII, estão no centro de sua missão e são levadas em conta no processo mediante o qual se decide se um projeto será apresentado à Diretoria Executiva. Com esta finalidade, recebe-se das áreas relevantes informações sobre esses aspectos de cada proposta de projeto, antes da reunião final do Comitê de Crédito.

Medidas anticorrupção

A CII atribui grande importância à transparência em suas operações de financiamento que, por conseguinte, são alvo de um rigoroso processo de devida diligência e obrigadas a seguir práticas corretas de gestão financeira. Em cada operação de financiamento, a CII avalia a capacidade de informação e os controles financeiros do beneficiário, bem como sua capacidade gerencial, inclusive os riscos críticos — como as práticas corruptas — a que possa estar exposto.

Diante do enfoque mais intenso hoje voltado para os riscos de atividades corruptas em sistemas bancários e financeiros, a CII analisa os regulamentos de cada país anfitrião sobre lavagem de dinheiro e avalia o cumprimento desses regulamentos por cada instituição financeira (se for o caso), bem como a adequação de seus

controles em relação à captação de depósitos e às atividades de administração.

A fim de respaldar esses esforços, a Diretoria Executiva aprovou um quadro institucional destinado a fortalecer a capacidade da CII para combater em suas atividades as práticas fraudulentas, bem como o risco de fraude e corrupção. Neste contexto, a Diretoria aprovou a proposta para integrar a CII à recém-criada comissão de supervisão do BID, a fim de aprofundar as sinergias entre ambas as instituições e implementar com mais eficiência e coerência a ação conjunta com o Grupo do BID diante de suspeitas de fraude ou corrupção.

Supervisão de projetos

Em 2005, para reforçar este aspecto básico da governança corporativa, a Administração implementará mudanças organizacionais, a fim de buscar mais eficazmente o cumprimento da missão desenvolvimentista da CII elevando ao mesmo tempo a eficiência operacional e a qualidade dos ativos. Todas as funções de supervisão de carteira serão transferidas de Operações para uma Unidade de Administração de Carteira única, que se concentrará na administração ativa de empresas da carteira comum.

Os projetos problemáticos são transferidos da Unidade de Administração de Carteira para a Unidade de Operações Especiais, à qual compete há anos maximizar a recuperação eficiente de recursos

Comitês de tomada de decisões

Comitê de Crédito

O Comitê de Crédito analisa todas as operações novas e recomenda ao Gerente-Geral se se deve ou não apresentá-las à aprovação da Diretoria Executiva. O Comitê é presidido pelo Oficial Principal de Crédito, e o Chefe da Divisão de Finanças atua como Vice-Presidente. Os demais membros são os Chefes das Divisões de Finanças Corporativas e Serviços Financeiros e o Chefe da Unidade de Operações Especiais.

Comitê de Supervisão de Carteira

O Comitê de Supervisão de Carteira atribui classificações de risco a todas as operações existentes em função dos relatórios de supervisão anuais. Calcula as provisões com base nessas classificações e decide quando transferir as operações à Unidade de Operações Especiais. O Presidente do Comitê é o Chefe da Divisão de Finanças. Os outros membros permanentes são os chefes das Divisões de Finanças Corporativas e Serviços Financeiros, o Assessor Jurídico, o Oficial Principal de Crédito, o Coordenador Principal de Operações Especiais e o Oficial Principal de Carteira.

de empréstimos e investimentos problemáticos.

A Unidade de Operações Especiais contribui também para a prevenção e detecção antecipada de projetos problemáticos participando do Comitê de Crédito e do Comitê de Supervisão de Carteira. A Unidade também assessoria funcionários de projetos em projetos que experimentem problemas iniciais e informa com regularidade os funcionários sobre lições aprendidas de projetos problemáticos.

No nível da governança, um Comitê Ad Hoc da Diretoria Executiva proporciona um foro para a discussão antecipada de planos de recuperação. Por intermédio do Comitê, a CII mantém os Diretores Executivos informados e busca sua orientação em momentos críticos da negociação com empresas que tenham projetos em dificuldades.

Cooperação com o BID

A ação conjunta com o BID pode constituir um poderoso agente do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A motivação básica da coordenação entre a CII e o BID é o desenvolvimento dos segmentos do setor privado no âmbito das estratégias e programações dos vários países. Com

esta finalidade, a CII participa da Comissão de Coordenação do Setor Privado. O Oficial Principal de Crédito da CII assessoria o Vice-Presidente Executivo do BID no tocante à avaliação do risco de crédito nos projetos do Departamento do Setor Privado do BID. A equipe da CII também participa do Grupo de Revisão de Crédito do Departamento do Setor Privado e da comissão de empréstimos do Banco para operações realizadas com o setor privado. E o Comitê de Crédito da CII funciona de fato como “comitê de investimento” no processo de aprovação de investimento de capital para as operações do Fundo Multilateral de Investimentos.

Fundo Multilateral de Investimentos

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) foi criado em 1992 para promover a viabilidade econômica e social de economias de mercado na América Latina e no Caribe. O Fumin é administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e contrata certos serviços com a CII. Em 2002, a Corporação supervisionou vários projetos para o Fumin, participou da estruturação e análise de devida diligência de fundos de investimentos para pequenas empresas e forneceu

SÃO PARTICULARMENTE DIGNOS DE NOTA dois projetos aprovados este ano. O empréstimo de US\$7 milhões à Exportadora Subsole, S.A., no Chile, exercerá um notável efeito multiplicador, proporcionando a cerca de 100 pequenos fruticultores tecnologia nova, assessoramento em assuntos agrícolas e comerciais e, para alguns, financiamento para a semeadura e colheita. A venda das safras por intermédio da Subsole também dará aos fruticultores condições para obter preços melhores do que se cada um vendesse as suas frutas diretamente aos exportadores. Este é o primeiro projeto de financiamento aprovado para uma empresa que passou pelo processo de análise da seleção e diagnóstico segundo a metodologia do Finpyme.

O empréstimo de US\$10 milhões ao Instituto Superior Autónomo del Occidente, A.C.-UNIVA, no México, é um bom exemplo do papel da CII como prestador de última instância. A CII está fornecendo financiamento de longo prazo e em termos adequados para um setor — a educação — em relação ao qual os bancos da região tradicionalmente demonstram pouco interesse. Esse empréstimo ajudará uma instituição de educação privada a prestar serviços básicos que promovem o desenvolvimento sem gastar dinheiro do contribuinte.

Para maiores detalhes sobre esses projetos, favor consultar neste Relatório a seção Atividades de Investimento para o Desenvolvimento.

Na Costa Rica, o grupo Matamoros, que reúne empresas de produção de eletricidade, inclusive o projeto da Hidroeléctrica Platanar e que obteve um empréstimo da CII em 1994, recebeu um certificado de gestão ambiental ISO 14001. É a primeira vez que uma empresa latino-americana de eletricidade recebe este certificado.

Este grupo não apenas gera um volume substancial de eletricidade para a Costa Rica, mas ainda lhe permite evitar a importação de 37 milhões de litros de óleo diesel por ano e a produção de gases de efeito estufa equivalentes a 107 mil toneladas. Tudo isso representa economias substanciais para a Costa Rica, sem gasto de dinheiro público.

supervisão para a preparação de novos investimentos do Fumin.

AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund

A CII continuou a colocar seu conhecimento especializado sobre a região à disposição da Emerging Markets Partnership para fins de investimentos do fundo em empresas de infra-estrutura na América Latina, sobretudo nos setores da eletricidade, transporte e telecomunicações. A Emerging Markets Partnership é o principal assessor do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF). Durante o exercício, a CII prestou serviços de assessoramento e supervisão a 19 projetos.

Outros fundos especiais

A Corporação pode igualmente sacar recursos de fundos especiais para realizar estudos e outras atividades. Entre esses fundos figuram o Austrian Fund, o Italian Trust Fund, o Spanish Trust Fund, o Swiss Fund, o Evergreen Fund da United States Trade and Development Agency e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Além disso, há acordos de cooperação implantados com o Centre for the Development of Industry (financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento no âmbito da Convenção de Lomé), com o Governo da Áustria e o Finanzierungsgarantie-Gesellschaft mbH e com o Nordic Development Fund. Cerca de US\$150.000 em recursos de cooperação técnica foram canalizados por intermédio da CII em 2002.

Fatos novos

Cresce a parceria

A Finlândia, a Noruega e Portugal tornaram-se países membros da Corporação, assinando seus documentos de adesão em cerimônias realizadas respectivamente em janeiro, março e julho. A Bélgica deve completar o seu processo até a publicação deste Relatório Anual.

Empréstimo do Shinkin Central Bank

No fim do exercício, a CII subscreveu um contrato de empréstimo de US\$30 milhões, por sete anos, com o Shinkin Central Bank (atuando o Mizuho

Corporate Bank, Ltd. na qualidade de banco agente). Com os recursos procedentes deste empréstimo, a CII proporcionará financiamento a pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe.

Classificações de crédito

Este ano a Standard & Poor's manteve para a CII a classificação AA de contraparte. Essa entidade acentuou a dificuldade da missão da CII e sua importância para a região, onde mais de 90% das empresas manufatureiras são pequenas ou médias. Segundo a Standard & Poor's, o aumento do capital integralizado da CII aprovado pelos países acionistas em 1999 constitui na prática um reconhecimento deste papel fundamental. Por seu lado, a Moody's Investors Services manteve a classificação Aa2 para a CII, tendo em vista sua vigorosa capitalização e administração correta, práticas prudentes de contabilidade financeira e firme apoio dos acionistas.

Nomeação do Grupo de Estudo Externo

No fim do ano, o Presidente da Diretoria Executiva da Corporação nomeou um Grupo de Estudo Externo para examinar os futuros rumos e prioridades estratégicos da Corporação. O Grupo, composto por respeitadas autoridades com experiência em operações bancárias, empresas privadas e instituições multilaterais, bem como em outras instituições financeiras de desenvolvimento, avaliará a forma como as mudanças e tendências da economia mundial afetaram o ambiente comercial das pequenas e médias empresas da América Latina. Com base em suas constatações, o Grupo apurará e recomendará rumos estratégicos a fim de maximizar a eficácia da CII para o desenvolvimento e sua lucratividade empresarial, dados o capital e os recursos humanos confiados à instituição.

Os membros do Grupo são os Srs. Richard Aitkenhead (Guatemala), Patrizio Bianchi (Itália), Jon E. Blum (Estados Unidos), Andréa Calabi (Brasil), Nicolas Imboden (Suíça), Arthur Lock-Jack (Trinidad e Tobago), Miguel Kiguel (Argentina), Pedro-Pablo

Kuczynski, Presidente (Peru), Leiv Lunde (Noruega), Italo Pizzolante (Venezuela) e Enrique Tierno (Espanha).

A mesa-redonda da adicionalidade

Em maio, a Corporação Interamericana de Investimentos e a Corporação Financeira Internacional patrocinaram uma mesa-redonda com várias outras organizações sobre a adicionalidade. Representantes de instituições internacionais de desenvolvimento (inclusive a Corporação Andina de Fomento, o Banco de Desenvolvimento do Caribe, o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, a Commonwealth Development Corporation, a Compañía Española de Financiación del Desarrollo, a Corporación Financiera Nacional do Equador, a Corporación de Fomento de la Producción do Chile, o Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft da Alemanha, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento, o Finanzierungsgarantie-Gesellschaft da Áustria, o Fundo Multilateral de Investimentos, o North American Development Bank e a U.S. Overseas Private Investment Corporation) reuniram-se para examinar a questão da “adicionalidade” mediante a qual instituições públicas de ajuda internacional estimulam o crescimento liderado pelo setor privado mediante políticas e atividades como financiamento, concessão de garantias, seguro, participações de capital e assistência técnica, a fim de promover quadros normativos mais sólidos e transparentes.

Outras áreas da adicionalidade discutidas foram a promoção de maior inclusão e equidade e o apoio ao microfinanciamento e às pequenas e médias empresas. Observaram os oradores que a necessidade de medir melhor os resultados da assistência prestada pelas instituições de desenvolvimento, sobretudo na área do crescimento liderado pelo setor privado, fora um dos temas destacados em março passado durante a reunião dos Chefes de Estado em Monterrey, México.

Ao abrir a mesa-redonda, na sede do Banco Interamericano de

Desenvolvimento em Washington, Enrique V. Iglesias, Presidente do BID e da Diretoria Executiva da CII, afirmou que o “desafio de otimizar os benefícios da adicionalidade e de prestar contas no que lhe diz respeito” é crucial para explicar o quanto as instituições de desenvolvimento são importantes para as economias emergentes, onde, “cada vez mais, a iniciativa privada e os mercados financeiros são as grandes forças de que depende o progresso econômico”.

A CII explicou sua recente iniciativa de desenvolver um “quadro da adicionalidade” para a apreciação e monitoramento de suas operações de empréstimo e investimento acionário, com base nos seis pilares do apoio ao desenvolvimento ilustrados na capa deste Relatório Anual: desenvolvimento sustentável, mobilização de recursos, apoio de instituições financeiras de desenvolvimento, desenvolvimento institucional, governança corporativa e iniciativa privada. Todas as apresentações ouvidas durante a mesa-redonda são acessíveis no website da CII na Internet (www.iic.int).

Reunião CFI/Grupo do BID

Em outubro, a Corporação Financeira Internacional e as instituições filiadas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento realizaram uma reunião especial para discutir a situação econômica dos países latino-americanos, concentrando-se nos problemas com que se deparava o setor privado e na forma como a crise em andamento afetava os níveis de atividade. As instituições presentes discutiram as estratégias que, somadas aos meios tradicionais de apoio, poderiam ser adotadas para apoiar o setor privado, bem como os instrumentos mais idôneos para ajudar empresas do setor privado a enfrentar a desaceleração da atividade e superar a contenção do crédito. Também figuravam na pauta da reunião formas de reagir à crise na Argentina, eventuais ações conjuntas que contribuam para melhorar o clima dos negócios na América Latina e no Caribe, e a melhoria do acesso do setor privado a fontes adequadas de financiamento. Outro tema foi a possibilidade de fornecer financiamento para operações de comércio exterior.

Fundo Especial Italiano para o Desenvolvimento Sustentável da Pequena e Média Empresa na Argentina

O governo italiano designou a CII para supervisionar as operações de financiamento realizadas no quadro de um mecanismo de €75 milhões, estabelecido pela Itália e pela Argentina para apoiar pequenas e médias empresas neste último país. A CII monitorará o processo de seleção e análise dos projetos a serem financiados por esse mecanismo.

Uma equipe da CII trabalhará com base na Representação do BID em Buenos Aires, em estreita cooperação com a Secretaria de Pymes e o Banco de la Nación, da Argentina, a fim de financiar projetos que promovam a criação ou preservação de empregos, se situem em áreas preferenciais e se voltem para a exportação.

Programa de Pequenos Empréstimos

Como outras instituições que prestam serviços a pequenas e médias empresas, a CII enfrenta o desafio de fornecer produtos de crédito que atendam às necessidades específicas deste segmento de mercado de modo efetivo em termos de custos, tanto para o mutuário como para o emprestador. Há anos a CII processa vários empréstimos menores por meio de suas linhas de crédito e, ultimamente, de linhas de agência concedidas a instituições financeiras que operam na região. Contudo, a dependência exclusiva em relação a esses acordos limita a capacidade da CII para atender adequadamente às necessidades de pequenas e médias empresas em todos os países membros mutuários. Para atender a este mercado, são necessários um enfoque sensível e proativo, uma análise creditícia e um processo de aprovação mais simples e rápidos, além de acesso a financiamento de longo prazo a taxas adequadas.

Assim, a CII oferecerá empréstimos na faixa de US\$150 mil a US\$1,5 milhão durante os dois anos de vigência de um programa piloto de pequenos empréstimos, cujo total de aprovações estará limitado a US\$20 milhões. A CII lançará esse programa piloto na Bolívia, Costa Rica e El Salvador, a fim de tirar partido de sua presença na América Central e aproveitar o

programa piloto Finpyme na Bolívia e no Chile, havendo a possibilidade de, no fim do primeiro ano, estender-se a outros países. Dois anos depois do lançamento do programa, a Administração apresentará à Diretoria um relatório com uma avaliação do Programa de Pequenos Empréstimos. Para maiores detalhes sobre esse programa, consultar neste Relatório Anual a seção Atividades de Investimento para o Desenvolvimento.

Questões ambientais

Em fevereiro e setembro, um total de 60 representantes de 40 instituições financeiras de 13 países latino-americanos e caribenhos compareceram a um workshop de gestão ambiental patrocinado pela CII. Os workshops deste ano tiveram como co-anfitriãs a Corporação Financeira Internacional e a Corporação Andina de Fomento, como parte de um esforço interinstitucional para estreitar a cooperação e simplificar a transmissão de informações aos clientes comuns.

Todos os intermediários financeiros com que a CII opera estão contratualmente obrigados a participar desses workshops para aprender a integrar práticas de gestão ambiental nas próprias operações e transformar boas práticas ambientais em vantagens competitivas. Os workshops focalizam a responsabilidade dos bancos pelo monitoramento de aspectos ambientais dos projetos que financiam com recursos da CII.

Perspectivas para o futuro

O ano de 2002 foi difícil para a região e, portanto, também para a Corporação Interamericana de Investimentos. O impacto negativo da situação econômica sobre a região refletiu-se nos resultados operacionais da Corporação, porque algumas das empresas que financiam sofreram sérias dificuldades. Infelizmente, as perspectivas para 2003 não são mais promissoras do que a realidade do penoso ano que está chegando ao fim.

Essas perspectivas adversas representam consideráveis desafios que devem levar a CII a trabalhar mais, com mais engenho e criatividade, a fim de alcançar os resultados almejados.

À medida que a nova situação evoluir, a CII terá de agir proativamente, mas sempre com cautela, a fim de financiar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável.

O ambiente adverso que descrevemos prejudicará as pequenas e médias empresas. A CII terá de apoiá-las, procurando ao mesmo tempo proteger o valor dos próprios ativos, com reestruturações que, além de determinação, exigirão imaginação. Tal é o compromisso da CII.

As pequenas e médias empresas são a maior fonte de emprego das economias latino-americanas, representando mais de 50% do PIB regional. Assim, a CII deverá montar redes institucionais para apoiá-las e viabilizá-las, sobretudo em tempos de recessão e incerteza, quando o acesso ao crédito é muito mais difícil. O desafio será construir vastas redes de comércio, produção, logística, serviços e finanças, voltadas para o crescimento sustentável de pequenas e médias empresas, alma da versatilidade, criatividade e desenvolvimento contínuo na América Latina e no Caribe. A CII deverá oferecer a essas empresas novos e melhores incentivos em situações difíceis como esta. Para conseguir

isso terá de trabalhar em duas frentes: a CII precisa garantir a própria sustentabilidade atendendo ao mesmo tempo a uma parte maior da demanda insatisfeita do financiamento que proporciona. Para alcançar este objetivo, a CII terá de tornar-se mais rentável, melhorar a gestão de sua carteira e dos projetos problemáticos, introduzir novos instrumentos financeiros que atendam às novas necessidades da região e aumentem o volume de operações e as receitas da CII, bem como aumentar sua carteira na região caribenha.

Os problemas que a América Latina e o Caribe estão enfrentando tornam mais importante do que nunca buscar idéias, orientação e diretrizes que permitam à CII fixar seu rumo construtivamente e renovar o nosso compromisso com o progresso da região.

Jacques Rogozinski
Gerente-Geral
Corporação Interamericana de
Investimentos

Atividades de investimento para o desenvolvimento

Fontes de recursos

A CII conta com diversas fontes de recursos, a saber: capital integralizado, recursos alheios, receitas geradas pelo investimento de seus ativos líquidos e fundos procedentes da venda de investimentos de capital e pagamentos de amortização de empréstimos concedidos. A capacidade da CII de conceder empréstimos e investimentos de capital é função de seu capital integralizado e de seu endividamento, estando este último limitado pelo Convênio Constitutivo a três vezes o valor do capital integralizado.

Mercado objetivo e requisitos para receber financiamento

O financiamento para o desenvolvimento proporcionado pela CII visa as pequenas e médias empresas privadas da América Latina e do Caribe com acesso limitado ao financiamento de longo prazo. Esse financiamento é concedido em forma de empréstimos diretos, investimentos diretos de capital ou quase-capital, linhas de crédito a intermediários financeiros locais para a concessão de subempréstimos menores, linhas de agência com instituições financeiras locais para a concessão de empréstimos conjuntos, investimentos em fundos de capital privados de âmbito nacional ou regional, garantias para ofertas de mercados de capital e investimentos nas mesmas.

Os empréstimos da CII são expressos em dólares americanos. Os montantes dos empréstimos podem elevar-se até 33% do custo de um projeto novo ou até 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização dos empréstimos são, em geral, de cinco a oito anos (até o máximo de 12 anos), inclusive o período de carência cabível. Os empréstimos, cujos custos são estabelecidos de acordo com as condições do mercado internacional, estão geralmente sujeitos a uma taxa variável baseada na taxa interbancária de Londres (LIBOR). Em certos casos, a CII pode conceder empréstimos conversíveis, subordinados, participativos ou a juros fixos.

A CII também faz investimentos acionários de até 33% do capital da empresa beneficiária. No final do período de investimento, vende sua participação acionária. Entre os possíveis mecanismos de saída figuram a venda na bolsa de valores local, a colocação privada junto a terceiros interessados e a venda aos patrocinadores do projeto com base em um contrato pré-negociado de compra e venda de ações. A CII investe igualmente em fundos de capital acionário cujas operações exerçam um impacto positivo sobre o desenvolvimento da região. Tais atividades representam um uso eficiente dos recursos de capital da Corporação, que assim atinge um número muito maior de pequenas e médias empresas. O trabalho por intermédio de fundos acionários também promove a mobilização de capital, atraindo outros investidores institucionais. A CII pode igualmente fazer investimentos em títulos equivalentes a ações.

As empresas com vendas que oscilem de US\$2 milhões a US\$35 milhões constituem o mercado que a CII visa atender. Não obstante, a CII colabora de maneira seletiva com empresas cujas vendas ultrapassam US\$35 milhões. Em casos limitados, a CII financia também empresas conjuntas em regime de joint venture. Embora a rentabilidade e a viabilidade financeira de longo prazo sejam requisitos prévios para que a CII considere a possibilidade de conceder financiamento, também se leva em conta o efeito da empresa sobre fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico.

A CII proporciona também financiamento a diversos tipos de instituições financeiras que atendem ao mercado constituído por pequenas e médias empresas. As instituições elegíveis incluem, embora não de maneira exclusiva, bancos comerciais, companhias de arrendamento financeiro, companhias financeiras e companhias especializadas em serviços financeiros.

O *website* da CII (www.iic.int) recolhe informação detalhada sobre o procedimento estabelecido para solicitar financiamento. Pode-se também solicitar informações às representações regionais da CII ou à sua sede em Washington, D.C. Além disso, o *website* oferece um breve formulário para o primeiro contato que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira que busca financiamento, é enviado automaticamente à divisão pertinente da CII.

Operações do exercício 2002

Neste ano, pela primeira vez, a CII, seguindo a mesma prática de outras instituições financeiras de desenvolvimento, está apresentando suas operações segundo um modelo que reflete mais exatamente todo o impacto de suas atividades de financiamento. Além da aprovação de projetos diretos, constam mais informações detalhadas sobre operações de subempréstimo, subinvestimento e co-financiamento aprovadas em 2002, as quais, por meio de intermediários financeiros, alavancam substancialmente os recursos proporcionados diretamente pela própria CII. Em anos anteriores, essas operações não eram discriminadas, mas incluídas nas cifras agregadas fornecidas em forma narrativa na seção intitulada “O ano em retrospecto”.

Também se informam as cifras sobre oportunidades para a venda de bens e serviços por países mutuários e não-mutuários (US\$170 milhões em 2002).

Catorze das operações diretas descritas adiante* incluem empréstimos no total de US\$67 milhões. O empréstimo co-financiado deste ano mobilizará recursos superiores a US\$8,5 milhões e os dois fundos de investimento em que a CII adquiriu participação acionária alavancarão mais os recursos disponíveis para as pequenas e médias empresas da região. O custo total dos projetos financiados como resultado das operações aprovadas pela CII em 2002 eleva-se a US\$317 milhões.

* As operações por meio de linhas de agência aparecem em *itálico*.

Investimento acionário: US\$3 milhões
Subinvestimento médio: US\$3 milhões

REGIONAL

O **Aureos Central America Fund L.L.C. (ACAF)** é um fundo acionário privado que investirá basicamente em pequenas e médias empresas situadas na Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. O fundo tem uma meta de capitalização de US\$50 milhões. Há muitos anos o ACAF, com êxito, vem levantando capital acionário para empresas privadas de médio porte na América Central e no Panamá. O Fundo é patrocinado pela Aureos Capital Limited L.L.C., uma empresa privada e de responsabilidade limitada, de que são co-proprietários o Norwegian Investment Fund for Developing Countries e a CDC Capital Partners. A ACAF espera investir em sete a quatorze pequenas empresas, em particular aquelas que tendam a beneficiar-se com a consolidação setorial ou com um aumento do poder aquisitivo interno resultante de uma integração regional maior. O investimento em ACAF alavancará a participação da CII numa proporção de 12:1, dar-lhe-á condições de visar setores econômicos básicos para o desenvolvimento de uma região integrada e exercerá um vigoroso efeito-demonstração.

Investimento acionário: US\$6 milhões
Subinvestimento médio: US\$8 milhões

O **ProBa Central American Banking Fund, L.P.** é um veículo de capital privado que visa o setor financeiro da América Central e do Panamá, que está crescendo rapidamente. O fundo tem uma meta de capitalização de US\$60 milhões; seus patrocinadores são a Darby Overseas Investment Ltd. (empresa americana de investimento especializada na América Latina), The Netherlands Development Bank e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica. O fundo planeja investir em instituições financeiras com perspectivas sólidas de crescimento mas necessitadas de capital.

O investimento na ProBa visa também aumentar o apoio que a CII proporciona na América Central e no Panamá, mesmo porque, historicamente, essa região tem recebido relativamente pouca atenção dos investidores estrangeiros. O investimento representará igualmente um envolvimento nos esforços de integração dos países centro-americanos e do Panamá, facilitará o fluxo de capital novo para a América Central e alavancará os recursos da CII na proporção de 10:1.

Empréstimo: US\$20 milhões
Subempréstimo médio: US\$825.000

Com o **Programa de Pequenos Empréstimos**, a CII estará capacitada a fazer empréstimos menores, beneficiando assim empresas também menores, as quais não poderia atingir com seus outros programas de financiamento. Poderão qualificar-se para este programa empresas com ativos iguais ou inferiores a US\$15 milhões, registradas e com sede em países da América Latina ou do Caribe, orientadas de preferência à exportação ou que operem em setores que gerem divisas, desenvolvam atividades que atendam aos critérios da CII com relação a desenvolvimento econômico e adicionalidade e cumpram os padrões aplicáveis no tocante a meio ambiente, normas de saúde no âmbito trabalhista e ocupacional e segurança. A receita desses empréstimos será usada para comprar equipamento/maquinaria novos, construir ou modernizar instalações, reestruturar dívida existente e/ou financiar capital de giro. Nos casos específicos da reestruturação da dívida e do financiamento do capital de giro, vigoram certos limites percentuais.

Empréstimo: US\$10 milhões
Subempréstimo máximo: US\$2,5 milhões

Suleasing International, empresa panamenha cujo principal acionista é a Suleasing Colômbia, usará a receita de um empréstimo da CII para financiar pequenas e médias empresas na América Central, no Caribe e na região andina por meio de arrendamentos financeiros de médio e longo prazo para a modernização e expansão dessas empresas. A Suleasing prevê que 40% de suas operações de arrendamento financeiro ocorram na Colômbia. O restante ocorrerá nas suas outras regiões-alvo.

Este projeto contribuirá para a modernização de processos de produção na região, mediante acordos de arrendamento transfronteiriços. Além disso, elevará a produtividade do trabalho. Os setores industriais e de construção que fazem uso intensivo de mão-de-obra respondem por 40% das operações aprovadas pela Suleasing. Assim a empresa ajudaria a melhorar as condições de produção, proporcionando tecnologia de ponta para setores que usam mão-de-obra intensivamente.

Empréstimo da CII: US\$1 milhão
Empréstimo do LAAD: US\$1 milhão

BELIZE

Com um financiamento de US\$2 milhões no quadro de um acordo de linha de agência no valor de US\$20 milhões assinado entre a Corporação Interamericana de Investimentos e a Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD) em 1999, a **Fresh Catch Belize** implementará um projeto de US\$4,2 milhões para implantar uma criação de tilápia que gerará 100 empregos permanentes, a maioria para mulheres, além de 20 empregos sazonais. O desenho do projeto prevê um sistema de produção em harmonia com o meio ambiente e cumpre todos os requisitos trabalhistas e ambientais da linha de agência da CII. O projeto Fresh Catch – o primeiro da CII em Belize – também implica a transferência de tecnologia e conhecimentos especializados israelenses em criação de tilápia.

BRASIL

Empréstimo: US\$6 milhões
Custo total do projeto: US\$33,7 milhões

A **ALE Combustíveis S.A.**, distribuidora de propriedade brasileira, ampliará sua rede de distribuição, composta de pequenas e médias empresas que operam postos de abastecimento. A expansão será implementada adquirindo ou construindo 310 postos com certificado ambiental em sete estados brasileiros.

Uma vez concluído em 2004, o projeto criará cerca de 2.000 empregos novos. Dos recursos fornecidos pela CII, US\$2,8 milhões serão usados para a proteção ambiental e US\$800.000 para repasse de empréstimos a pequenas e médias empresas que assinarão contratos com a ALE para operar os postos qualificados. Os US\$2,4 milhões restantes serão investidos em 85 postos novos.

A CII também apoiará o treinamento de pequenos empresários e de trabalhadores não-qualificados, pois o plano de expansão prevê a construção de seis novos postos-escolas. O empréstimo da CII à ALE é o primeiro a uma empresa brasileira com sede em Minas Gerais e, portanto, ajuda a descentralizar as atividades econômicas no Brasil.

Empréstimo: até US\$7 milhões
Custo total do projeto: US\$18,4 milhões

CHILE

A **Exportadora Subsole, S.A.**, empresa chilena que opera com um sistema de integração vertical, exporta uvas de mesa e outras frutas. A empresa trabalha com cerca de 100 pequenos plantadores, que são parceiros, beneficiários de subempréstimos ou fornecedores. No conjunto, esses plantadores possuem ou arrendam aproximadamente 2.000 hectares de terras onde cultivam uvas de mesa, frutas cítricas, abacate, drupa e kiwi. A Subsole organiza os seus plantadores, transfere tecnologia para eles e os assessoria em questões agrícolas e comerciais. Para alguns, ainda financia a colheita e/ou semeadura.

A primeira fase do projeto Subsole prevê financiamento de longo prazo para cultivos dos pequenos plantadores que fornecem frutas à Subsole. A segunda fase inclui o financiamento de certos ativos fixos tanto da Subsole como de alguns dos pequenos plantadores. A CII fornecerá financiamento de longo prazo à Subsole e esta, por sua vez, repassará recursos aos plantadores. Este é o primeiro empréstimo da CII a uma empresa identificada no âmbito do programa de análise de diagnóstico Finpyme para pré-selecionar e avaliar projetos e tornar mais competitivas empresas de pequeno e médio porte. O programa Finpyme foi lançado com financiamento do Fundo Espanhol do BID.

O empréstimo da CII permitirá à Subsole criar aproximadamente 7.500 empregos temporários por ano a partir da conclusão do projeto em 2005.

Empréstimo: US\$10 milhões
Subempréstimo máximo: US\$2 milhões

COLÔMBIA

Os recursos do empréstimo ao **Banco de Bogotá** serão usados para conceder empréstimos de médio e longo prazo a pequenas e médias empresas colombianas que desejem modernizar suas instalações ou expandir suas operações. As operações de repasse de empréstimos do Banco de Bogotá terão por alvo empresas que operem nos setores da exportação, varejo, transporte, comunicações e serviços, bem como em atividades de uso intensivo de mão-de-obra, como a indústria manufatureira e a construção.

Empréstimo: Até US\$4,3 milhões
Custo total do projeto: US\$8,9 milhões

EL SALVADOR

A **Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (Fepade)** é uma instituição privada sem fins lucrativos e apolítica, dedicada à educação para o desenvolvimento, que foi fundada por conhecidas empresas, bancos e fundações salvadorenhas. A Fepade oferece anualmente seminários de treinamento, cursos e programas especiais para 5.000 alunos, em média. Alguns de seus programas foram administrados em cooperação com o Ministério da Educação de El Salvador e com a USAID. Pessoas com nível de educação baixo, médio ou alto podem participar de programas da Fepade e assim ampliar seu acesso ao mercado de trabalho.

O empréstimo da CII — o primeiro a uma instituição educacional de El Salvador — ajudará a construir um novo campus nos arredores de San Salvador em um terreno doado pelo governo salvadorenho. O projeto criará mais de 30 vagas para professores.

Empréstimo: US\$5 milhões
Custo total do projeto: US\$11,8 milhões

EQUADOR

Aquamar S.A., uma empresa de aquicultura que trocou a criação de camarões pela produção de tilápia, começou a exportar tilápia fresca e congelada para os Estados Unidos em 1998 e logo assumiu a liderança do mercado. Nesse mercado em rápida expansão, as exportações de tilápia triplicaram e, devido às limitações técnicas e físicas da Aquamar, foi preciso construir nova unidade de processamento. Esta nova fábrica, de última geração, tornará possível usar matéria-prima com mais eficiência e agregar mais valor à produção adicional. Também capacitará uma pequena empresa equatoriana a oferecer um produto de alta qualidade no mercado americano e concorrer em melhores condições com empresas de outros países. Toda a produção adicional gerada pelo projeto será destinada à exportação. O projeto deve criar quase 600 empregos diretos.

Empréstimo da CII: \$US1,5 milhão
Empréstimo do LAAD: US\$1 milhão

HONDURAS

Granjas Marinas Larvicultura, S.A. de C.V. (GM) é parte de uma empresa plenamente integrada, conhecida como Grupo Granjas Marinas, proprietária e operadora de duas fazendas de criação de camarão e de uma entidade de pesquisa. A GM produz e fornece pós-larvas de camarão branco a empresas do grupo e a terceiros. A receita do empréstimo efetuado no âmbito do acordo de linha de agência entre a CII e a LAAD substituirá um empréstimo de curto prazo obtido pela GM para financiar a expansão da incubadora de camarões; o empréstimo também proporcionará capital de giro suplementar em caráter permanente.

Empréstimo: Até US\$10 milhões
Custo total do projeto: US\$21,5 milhões

MÉXICO

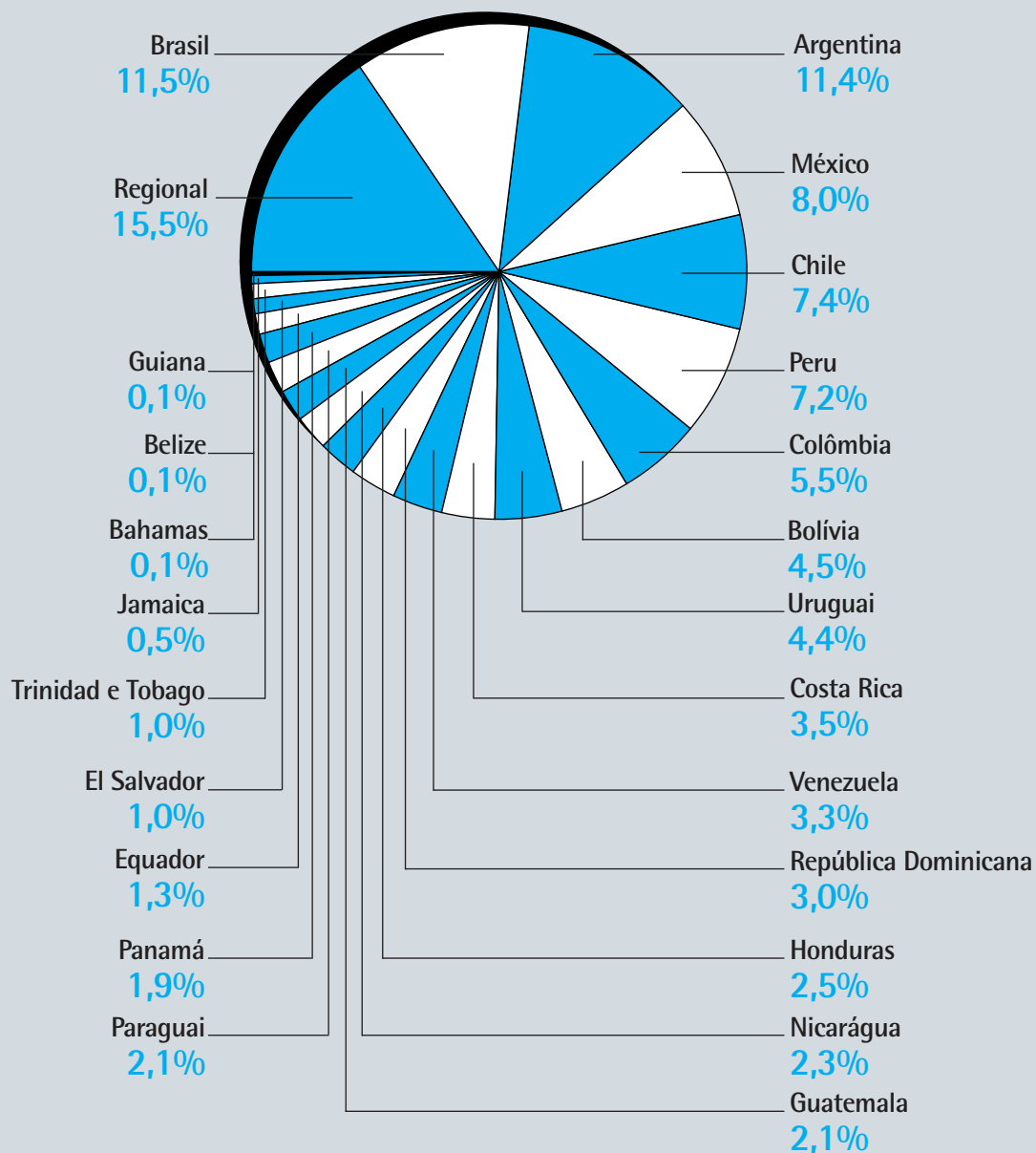
O **Instituto Superior Autónomo del Occidente, A.C.-UNIVA** presta serviços de educação em várias cidades dos estados de Michoacán, Jalisco e Sinaloa. A UNIVA tem *campus* próprio só em Guadalajara; nas outras cidades, funciona em casas alugadas. Os serviços da UNIVA visam, em particular, as classes média e trabalhadora devido à flexibilidade e comodidade dos horários de estudo e aos preços acessíveis que esta universidade oferece a quem trabalha e deseja aperfeiçoar-se.

O projeto consiste em construir e equipar a primeira fase de três novos *campi*, bem como em construir uma biblioteca e um estacionamento no *campus* de Guadalajara.

Este é o primeiro empréstimo da CII para o setor educacional do México. A educação é um setor econômico vital para o desenvolvimento, porque gera uma força de trabalho qualificada que agrega valor à produção num mundo onde a inovação e o conhecimento são cada vez mais valorizados. Com este empréstimo, a CII fornecerá financiamento de longo prazo em termos adequados a um setor em que, tradicionalmente, os bancos privados da região demonstram pouco interesse. Ademais, o projeto criará cerca de 480 empregos diretos no centro do México e 25 empregos indiretos.

Distribuição, por países, do valor neto total dos projectos aprovados

(em 31 de dezembro de 2002)



Empréstimo da CII: US\$1 milhão
Empréstimo da LAAD: US\$1 milhão

NICARÁGUA

A **Industria Gemina, S.A.** é uma pequena empresa nicaragüense que tem padarias na Nicarágua e em Honduras e dirige a sua linha de produtos para o segmento de baixa renda do mercado. A empresa começou a exportar farinha de trigo para a Costa Rica e Honduras e planeja expandir suas operações a El Salvador. Os US\$2 milhões do financiamento que receberá no quadro do acordo de linha de agência CII/LAAD ajudarão a reduzir custos de juros e melhorar sua posição de liquidez, bem como a criar 25 empregos permanentes. O custo total do projeto Gemina é de US\$2 milhões.

O sistema de processamento da Gemina foi concebido para proteger o meio ambiente, e os subprodutos do trigo e do arroz são vendidos a fabricantes de ração animal e criadores de frangos.

Empréstimo: Até US\$3 milhões
Custo total do projeto: US\$9,4 milhões

PANAMÁ

A **Térmica del Noreste, S.A. (Ternor)** vai adquirir e modernizar 13 pequenas usinas de eletricidade no nordeste do Panamá. A Ternor vende energia à Elektra, uma distribuidora privada que detém uma concessão para fornecer eletricidade nesta zona.

Adquirida a usina, a Ternor substituirá o atual equipamento a diesel por equipamento a óleo combustível pesado (bunker) na maior das usinas, que gera quase 45% de toda a eletricidade produzida pela empresa. Essa mudança tecnológica permitirá um uso mais eficiente do combustível, reduzirá custos de combustível e de manutenção e levará a um sistema mais confiável. O projeto envolve também a transferência de uma usina de uma zona urbana para uma zona industrial.

O empréstimo da CII permitirá à Térmica del Noreste criar mais de 80 empregos permanentes.

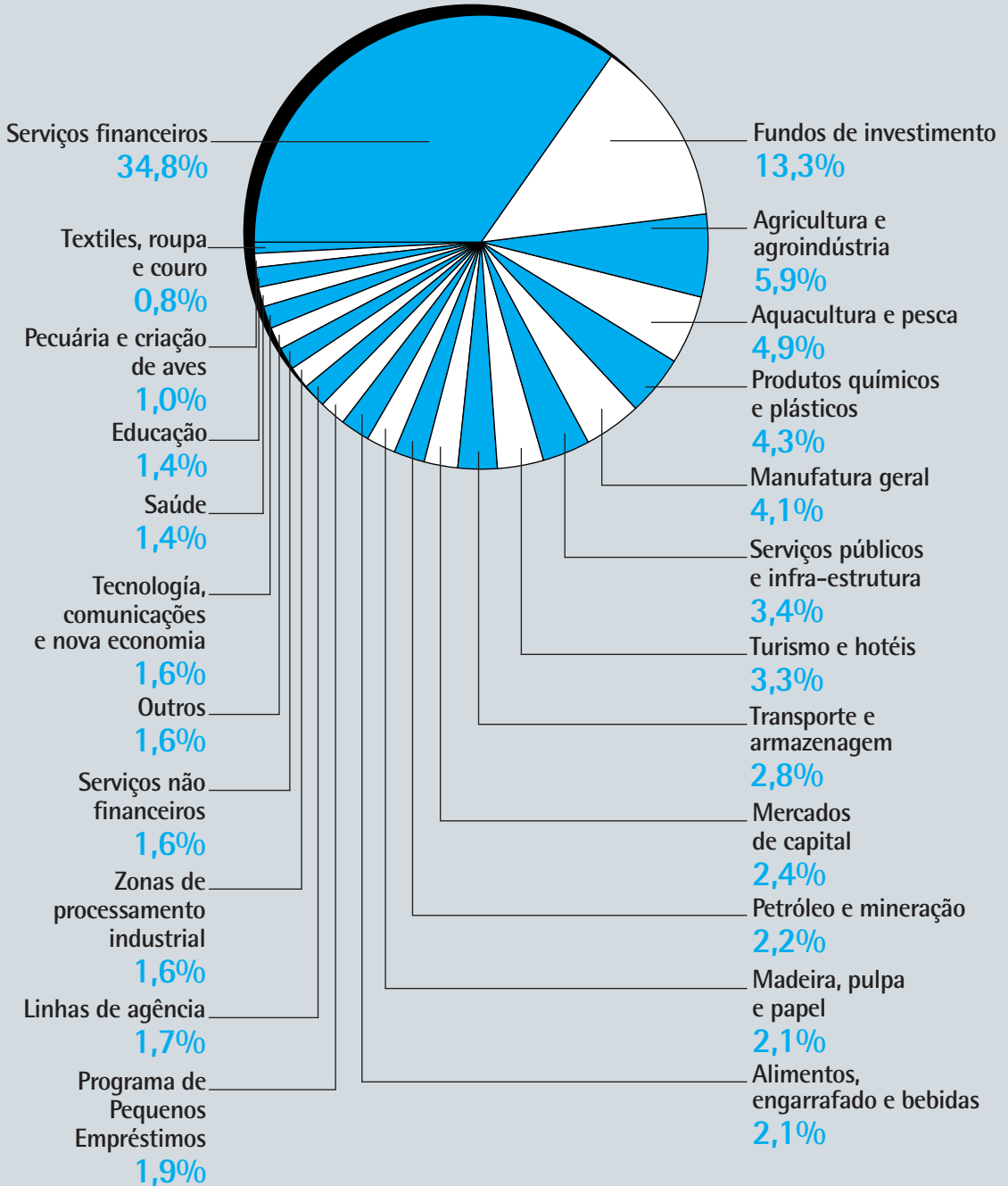
Empréstimo: US\$2 milhões
Subempréstimo máximo: US\$500.000

PERU

O **Banco Interamericano de Finanzas (BIF)** usará os recursos do empréstimo da CII para fornecer financiamento de médio e longo prazo a pequenas e médias empresas no Peru que procuram modernizar-se e/ou expandir suas operações. O BIF pretende identificar pequenas e médias empresas que operem nos setores do varejo, comunicações, indústria manufatureira, serviços e transporte. As pequenas e médias empresas de exportação, que geram um considerável montante de divisas, terão prioridade na concessão de empréstimos.

Distribuição, por setores, do financiamento líquido aprovado

(em 31 de dezembro de 2002)



Empréstimo: US\$10 milhões
Custo total do projeto: US\$26,9 milhões

A **Quimpac S.A.**, fabricante de produtos químicos, sal e papel, é uma importante produtora de cloro e soda cáustica da América do Sul e a principal produtora de papel em rolo e de sal no Peru. A empresa investirá em infra-estrutura, maquinaria e equipamento para substituir ativos antiquados, reduzir custos de produção, melhorar as condições ambientais e utilizar melhor sua capacidade instalada.

Com ajuda do empréstimo da CII, a Quimpac aumentará a capacidade de produção e elevará a qualidade dos produtos. O novo investimento também permitirá à empresa lançar novos subprodutos de cloro no mercado de produtos químicos da América Latina, além de aumentar suas exportações. Foram destinados 45% do investimento planejado a melhorias ambientais que aumentarão a segurança e reduzirão o desperdício.

O projeto contribuirá para a criação de cerca de 40 empregos diretos e 200 empregos temporários indiretos e, em grande medida, fará uso de matérias-primas e serviços locais.

Empréstimo: US\$8,5 milhões
Custo total do projeto: US\$16,3 milhões

O **Sindicato Energético S.A. (SINERSA)**, uma empresa hidrelétrica, construirá e operará a usina Poechos, de 15,4 megavátios. A energia a ser gerada será vendida à Electronoroeste S.A. (ENOSA), que detém a concessão para distribuir eletricidade no noroeste do Peru.

Menos de 50% dos habitantes da área servida pela ENOSA contam com serviço de eletricidade. Há planos para construir três pequenos sistemas de distribuição, que seriam alimentados diretamente pela Poechos. Esses pequenos sistemas devem beneficiar mais de 20.000 moradores desta zona.

O mecanismo de US\$8,5 milhões providenciado pela CII está estruturado como empréstimo A e B. A CII fornecerá US\$6 milhões com o empréstimo A e a Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura (instituição financeira apoiada pela CII) cobrirá o empréstimo B, de US\$2,5 milhões.

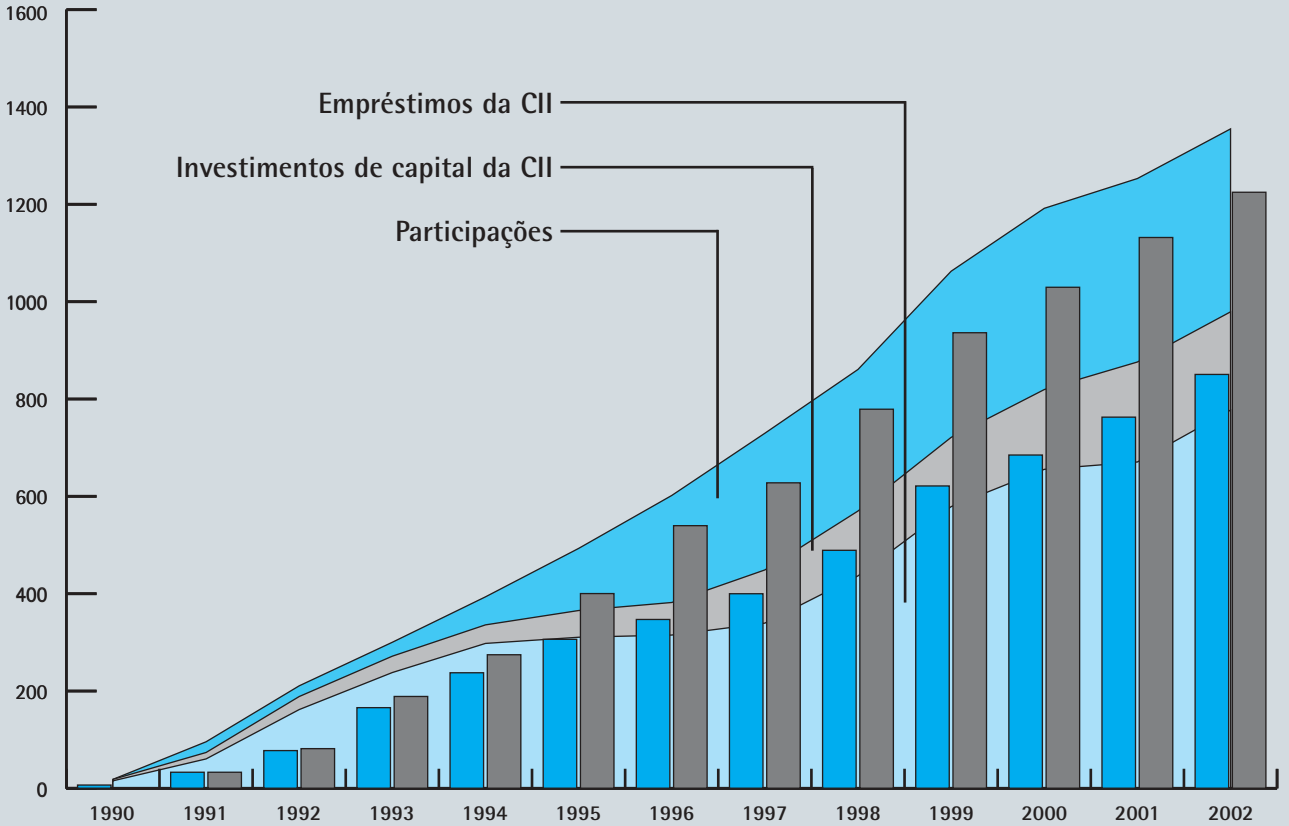
Empréstimo: US\$5 milhões
Custo total do projeto: US\$18,7 milhões

A **Tecnofil S.A.** ampliará e modernizará suas instalações de fabricação de produtos de cobre; com linhas de produção mais eficientes, a empresa terá condições de expandir o volume de vendas e de aumentar as exportações anuais em cerca de US\$14 milhões. Todos os processos e produtos da Tecnofil já contam com o certificado ISO 9000 e no início de 2003 a empresa espera receber o certificado ambiental ISO 14000.

O empréstimo da CII também ajudará a Tecnofil a preservar um empreendimento viável que emprega mais de 250 pessoas e usa grande volume de recursos locais. A Tecnofil paga cerca de US\$2,5 milhões por ano em salários e benefícios. Ademais, como resultado do projeto, o consumo de matéria-prima local da empresa passará de US\$21,5 milhões para US\$28,5 milhões por ano.

Carteira comprometida, total acumulado

em 31/12/2002 (US\$ milhões)



- Empréstimos da CII
- Investimentos de capital da CII
- Participações
- Desembolsos da CII
- Desembolsos da CII e participantes

Empréstimo: US\$5 milhões
Custo total do projeto: US\$17,9 milhões

REPÚBLICA DOMINICANA

A **Abco S.A.** construirá uma fábrica de cimento em novas instalações industriais a 98 quilômetros a sudoeste de São Domingos. O processo de produção consistirá em moer escória de carvão importada com gipsita local. Num estágio posterior, a empresa também instalará um forno e produzirá sua própria escória de carvão.

A instalação de uma nova fábrica de cimento ajudará a preencher o hiato entre a demanda e a produção na República Dominicana, que em 2001 importou 11% do cimento utilizado. Assim, a fábrica tornará possível substituir parte dessas importações pela produção local, economizando divisas. Além de proporcionar uma importante matéria-prima à indústria da construção, o projeto criará 95 empregos diretos num setor que usa intensivamente mão-de-obra.

Empréstimo: US\$5 milhões
Custo total do projeto: US\$10,1 milhões

VENEZUELA

A **Vasos Venezolanos, C.A.** e a **Inversiones Selva S.A.** fabricam produtos descartáveis de plástico termoformado e papel, inclusive canudos, copos e estojos de internação hospitalar.

O empréstimo da CII ajudará a manter a viabilidade econômica e financeira da empresa, permitindo-lhe refinanciar dívida de curto prazo, financiar capital de giro permanente para respaldar vendas em ascensão, ampliar a capacidade de armazenamento e centralizar grande parte das operações administrativas. Além disso, o empréstimo significará financiamento de longo prazo para estas empresas que procuram aumentar sua participação no mercado de exportação e ajudará a manter mais de 1.000 empregos.

Impacto econômico estimado dos projetos aprovados e ativos (US\$ milhões)^{1/}

31 de dezembro de 2002

	Número de projetos ativos	Número de países	Custo dos projetos	PARTICIPAÇÃO DA CII			Geração anual de divisas ^{2/}	Valor adicionado anual	Empregos criados
				Empréstimos	Investimentos	Total			
TRANSAÇÕES DE FINANCIAMENTO DIRETO	63	20	1.121	332,7	11,2	343,9	756,0	691	46.191
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E FUNDOS DE INVESTIMENTO ^{4/}	70	16	3.552	243,0	168,1	411,03	1.495	3.758	161.888
TOTAL	133	21	4.673	575,7	179,2	754,9	2.250,9	4.449	208.079

¹ Aprovações menos projetos descartados ou cancelados.

² Valor estimado das exportações e a substituição de importações.

Operações aprovadas em 2002*

(em milhões de US\$, exceto criação de empregos)

País	Projeto	Setor	Empré- tímo	Capital	Total	Custo original de projeto	Valor agregado anual	Geração anual de divisas	Criação de empre- gos
Belize	FRESH CATCH BELIZE LIMITED	Aquacultura e pesca	1,0	0,0	1,0	4,2	15,0	17,2	120
Brasil	ALE	Serviços não financeiros	6,0	0,0	6,0	33,7	3,0		2.000
Chile	SUBSOLE	Agricultura e agroindústria	7,0	0,0	7,0	18,4	21,0	21,2	4.590
Colômbia	BANCO DE BOGOTÁ	Serviços não financeiros	10,0	0,0	10,0	25,0			
El Salvador	FUNDACIÓN EMPRESARIAL PARA EL DESARROLLO EDUCATIVO	Educação	4,3	0,0	4,3	8,9	4,3		35
Equador	AQUAMAR	Aquacultura e pesca	5,0	0,0	5,0	11,8	5,0	32,0	1.591
Honduras	GRANJAS MARINAS LARVICULTURA	Agricultura e agroindústria	1,5	0,0	1,5	2,5			0
México	UNIVERSIDAD DEL VALLE DE ATEMAJAC	Educação	10,0	0,0	10,0	21,5	30,0		505
Nicarágua	GEMI	Agricultura e agroindústria	1,0	0,0	1,0	2,0	28,0	39,5	25
Panamá	TÉRMICA DEL NORESTE	Serviços púb. e infra-estrutura	3,0	0,0	3,0	9,4	5,0		81
Peru	QUIMPAC	Prod. quím. e plásticos	10,0	0,0	10,0	26,9	12,0	9,0	240
Peru	SINERSA	Serviços púb. e infra-estrutura	8,5	0,0	8,5	16,3	4,0		112
Peru	TECNOFIL	Manufatura geral	5,0	0,0	5,0	18,7	16,0	12,5	
Peru	BANCO INTERAMERICANO DE FINANZAS	Serviços financeiros	2,0	0,0	2,0	5,0			
Regional A/B/C e D	SULEASING INTERNACIONAL	Serviços financeiros	10,0	0,0	10,0	25,0			
República Dominicana	ABCO	Otros	5,0	0,0	5,0	17,9	15,0	30,0	95
Só Regional C/D	PROBA, L.P.	Fundos de investimento	0,0	6,0	6,0	60,0			
Só Regional C/D	AUREOS	Fundos de investimento	0,0	3,0	3,0				
Só Regional C/D	PROGR. PEQ. EMPRÉSTIMOS	Progr. Pequenos Empréstimos	20,0	0,0	20,0				
Venezuela	VASOS VENEZOLANOS, C.A.	Prod. quím. e plásticos	5,0	0,0	5,0	10,1	10,0	63,4	
	20		114,3	9,0	123,3	317,3	168,3	224,8	9.394

* Inclui as operações com as linhas de agência.

Transações por intermédio de fundos de investimento em 2002

A CII canaliza o seu capital acionário basicamente por intermédio de fundos acionários privados a que se associa. Os objetivos do programa da CII em relação aos fundos de investimento de capital privado são

- maximizar o valor agregado em pequenas e médias empresas da região trabalhando com gestores de fundos experientes e com conhecimentos práticos
- promover o fluxo de capital de longo prazo para a região e a categoria dos ativos acionários privados para outros investidores institucionais
- minimizar seu próprio risco de carteira mediante diversificação

A partir de 1989, a CII já aprovou 41 investimentos em fundos acionários, num total de US\$2,5 milhões. Esses fundos representam uma capitalização agregada de US\$2,2 bilhões. A CII já desembolsou um total de US\$98 milhões para 171 empresas em 19 países da região por meio de fundos de investimento.

Atualmente há 23 fundos ativos na carteira da CII, cujos compromissos totalizam US\$141 milhões. Apresentam-se a seguir sinopses dos projetos que receberam financiamento da CII em 2002 por intermédio dos seguintes fundos de investimentos: Advent Latin America, Baring Private Equity Fund e Caribbean Investment Fund, Communications Equity Partner, Compass Capital Fund, Latin Health Care, Multi-national Investment Fund e Scudder Latin America Power II.

Montante investido pelo fundo: US\$400.000
Participação da CII
no investimento: US\$38.000

Uma cervejaria jamaicana com uma extensa rede de produção e distribuição no país. Essa transação é a primeira parcela de um vultoso investimento na empresa com vistas a seu crescimento e expansão.

Montante investido pelo fundo: US\$685.000
Participação da CII
no investimento: US\$15.894

Um atacadista nas Bahamas que distribui chás finos para o mercado exportador, em especial o dos Estados Unidos. A transação reforçará a marca da empresa que procura conquistar participação no mercado.

Montante investido pelo fundo: US\$1,21 milhão
Participação da CII
no investimento: US\$18.699

Uma rede de restaurantes temáticos jamaicanos que procura reforçar a sua marca nos segmentos dos restaurantes, refeições para viagem, eventos e congelados, além de abrir várias lojas próprias no Caribe.

Montante investido pelo fundo: US\$1,30 milhão
Participação da CII
no investimento: US\$161.554

Um líder do mercado na área da guarda de documentos no Peru, ligado a uma transação de empreendimento conjunto voltado para a América Latina.

Montante investido pelo fundo: US\$2,53 milhões
Participação da CII
no investimento: US\$400.000

Uma empresa que detém concessões para administrar escritórios e outras instalações comerciais em vários aeroportos internacionais do México. A empresa também fornece outros serviços, como transporte entre o terminal e as aeronaves, e tem pequena participação numa firma que opera restaurantes em vários aeroportos.

Projetos aprovados, comprometidos e desembolsados*

(em 31 de dezembro de 2002, em milhões de US\$)

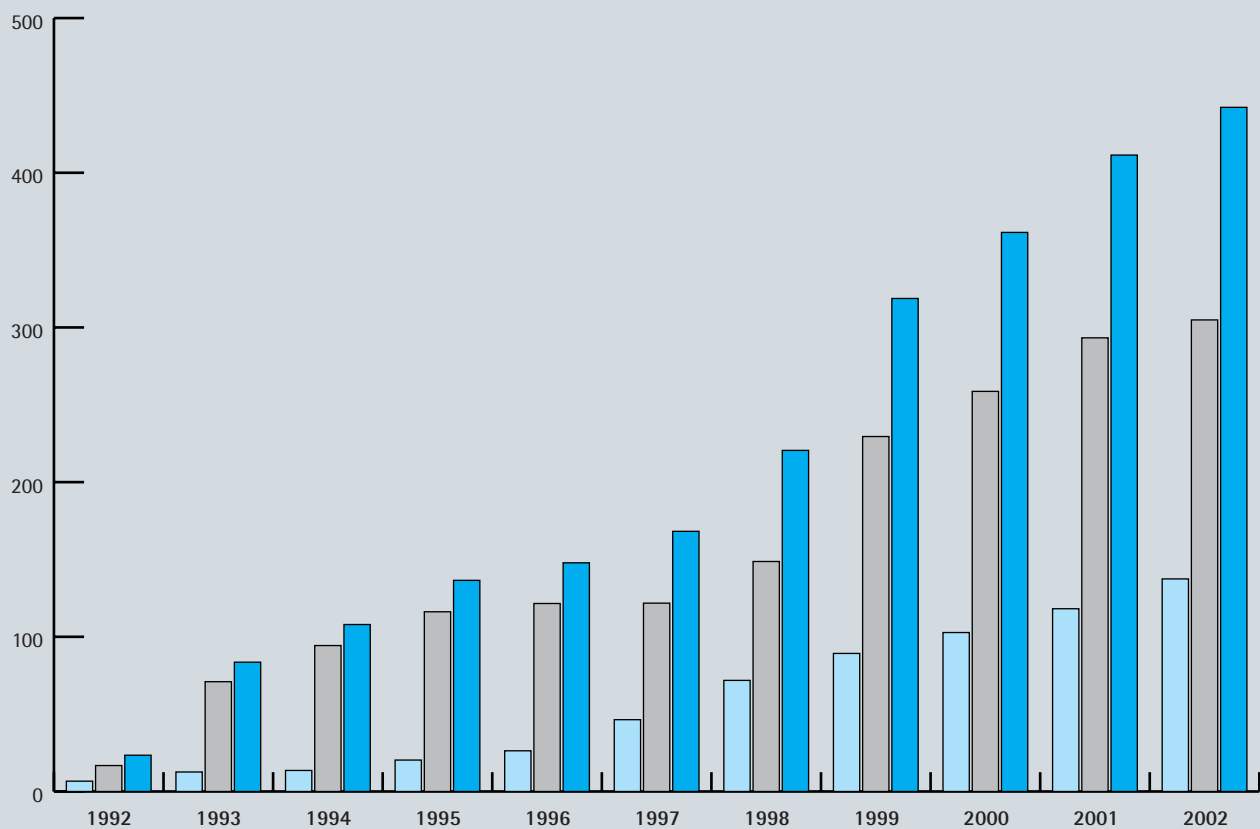
País	Número de projetos	Montantes brutos aprovados			Montantes líquidos comprometidos			Montantes desembolsados		
		Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital	Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital	Empréstimos	Capital	Empréstimos e capital
Argentina	27	143,7	11,0	154,7	111,0	8,8	119,8	111,0	8,8	119,8
Bahamas	2	6,0	0,0	6,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Barbados	1	0,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belize	1	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0
Bolívia	12	52,6	1,9	54,5	46,3	1,3	47,6	46,3	1,3	47,6
Brasil	27	147,3	18,5	165,8	107,7	13,0	120,7	84,1	13,0	97,1
Chile	16	60,3	30,3	90,7	44,3	24,1	68,5	40,8	21,2	62,0
Colômbia	15	73,2	12,9	86,0	38,0	9,5	47,5	38,0	9,5	47,5
Costa Rica	9	43,7	1,5	45,2	36,0	0,5	36,5	36,0	0,5	36,5
El Salvador	4	8,4	4,5	12,9	4,0	2,0	6,0	4,0	2,0	6,0
Equador	10	36,3	2,5	38,8	12,3	1,8	14,1	12,3	1,8	14,1
Guatemala	8	46,1	0,5	46,6	22,1	0,0	22,1	18,9	0,0	18,9
Guiana	2	3,3	0,0	3,3	0,8	0,0	0,8	0,8	0,0	0,8
Haití	1	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Honduras	11	52,4	1,0	53,4	25,4	0,0	25,4	24,4	0,0	24,4
Jamaica	6	19,3	1,5	20,8	5,6	0,0	5,6	5,6	0,0	5,6
México	25	97,0	45,3	142,2	56,8	27,3	84,1	42,9	19,3	62,3
Nicarágua	9	29,8	1,4	31,2	23,0	0,9	23,9	22,0	0,9	22,9
Panamá	5	20,0	0,0	20,0	20,0	0,0	20,0	19,4	0,0	19,4
Paraguai	6	25,6	0,0	25,6	21,9	0,0	21,9	18,3	0,0	18,3
Peru	21	116,0	10,8	126,8	64,3	4,5	68,8	51,2	4,5	55,7
Regional	30	76,2	153,0	229,2	25,0	101,5	126,5	8,1	79,9	88,1
República Dominicana	9	55,6	0,0	55,6	26,9	0,0	26,9	26,9	0,0	26,9
Trinidad e Tobago	4	17,5	2,8	20,3	9,6	0,6	10,2	9,6	0,6	10,2
Uruguai	12	55,1	6,2	61,3	40,0	6,0	46,1	31,0	6,0	37,1
Venezuela	11	56,8	4,7	61,5	34,5	0,0	34,5	27,0	0,0	27,0
	284	\$1.244,0	\$314,3	\$1.558,3	\$777,6	\$201,9	\$979,5	\$680,7	\$169,5	\$850,1

* Inclui as operações com as linhas de agência.

<p>Montante investido pelo fundo: US\$2,96 milhões Participação da CII no investimento: US\$560.000</p>	<p>Uma empresa de telecomunicações no México que cria, desenvolve, mantém e opera a infra-estrutura para fornecer interconexão, manutenção e instalações de telecomunicação para conexões públicas em áreas como telefonia, transmissão de dados, televisão por cabo e serviços de valor agregado.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$3,42 milhões Participação da CII no investimento: US\$208.009</p>	<p>Uma empresa que processa, embala e distribui no México carne, aves e frutos do mar de marca, congelados ou refrigerados. A empresa distribui a maior parte de seus produtos diretamente às principais cadeias de supermercados de todo o México, usando sua própria força de vendas e infra-estrutura de distribuição.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$3,52 milhões Participação da CII no investimento: US\$521.923</p>	<p>Um fornecedor de gás liquefeito de petróleo e de gás industrial na Jamaica, que atua em regime de empreendimento conjunto com uma empresa de gás doméstico em Trinidad e Tobago. O fornecedor vende gás por meio de postos de enchimento tanto próprios como de representantes, localizados em toda a Jamaica. Conta igualmente com uma extensa rede de revendedores em toda a ilha.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$3,65 milhões Participação da CII no investimento: US\$37.375</p>	<p>Um fabricante de café instantâneo e outros produtos para o café da manhã na Jamaica. A expectativa do fundo é que seu investimento aperfeiçoe os canais de distribuição e reforce o reconhecimento da marca, a qualidade do produto e sua apresentação, a fim de lançar uma mistura jamaicana para o mercado de exportação.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$3,65 milhões Participação da CII no investimento: US\$682.501</p>	<p>Uma empresa holding em Trinidad & Tobago, que terá participações em quatro países caribenhos, nos setores do material de construção e da extrusão de alumínio.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$4,01 milhões Participação da CII no investimento: US\$100.000</p>	<p>Uma empresa de comunicações local que proporciona infra-estrutura e serviços de telecomunicações, inclusive conexões de voz e Internet, para inquilinos de um prédio comercial no Brasil.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$5,00 milhões Participação da CII no investimento: US\$934.933</p>	<p>Parte de um consórcio onde figura a alta administração da empresa, com o objetivo de participar da compra do controle de uma cadeia de hotéis em Barbados do tipo “tudo incluído no preço”.</p>
<p>Montante investido pelo fundo: US\$5,36 milhões Participação da CII no investimento: US\$84.878</p>	<p>Empresa no Peru que procura construir uma rede sul-americana de armazenamento de documentos para prestar serviços nas áreas dos registros comerciais e civis; arquivo, recuperação e rotação de cópias de segurança; e serviços complementares, como consultoria e imageamento.</p>

Financiamento desembolsado por meio de fundos de investimento e intermediários financeiros

(Milhões de US\$)



- Investimentos de capital
- Empréstimos
- Investimentos de capital e empréstimos

Montante investido pelo fundo: US\$11,1 milhões Participação da CII no investimento: US\$100.000	Uma engarrafadora no México que presta serviços a uma marca internacional e a fabricantes regionais de refrigerantes. A empresa tem quatro fábricas.
Montante investido pelo fundo: US\$11,2 milhões Participação da CII no investimento: US\$729.732	Nova usina termoeétrica em construção, que fornecerá eletricidade a um estado do Nordeste do Brasil.
Montante investido pelo fundo: US\$24 milhões Participação da CII no investimento: US\$186.641	Um grupo independente de unidades de geração de energia no México com uma capacidade total de 72 megavátios. O investimento iniciou-se em 2001 como projeto novo. O início da operação comercial está previsto para 2005.

Países de origem e aquisições totais, 1989–2002 (US\$000)

Alemanha	71.165
Argentina	289.148
Áustria	358
Bahamas	2.612
Barbados	3.000
Bolívia	10.252
Brasil	167.220
Chile	133.945
Colômbia	24.493
Costa Rica	60.458
Dinamarca	8.038
El Salvador	14.697
Equador	21.037
Espanha	18.631
Estados Unidos	369.974
Finlândia	2.240
França	12.717
Guatemala	49.241
Guiana	600
Honduras	56.408
Israel	11.467
Itália	38.803
Jamaica	4.940
Japão	16.142
México	96.844
Nicarágua	23.043
Noruega	7.521
Países Baixos	35.084
Panamá	13.652
Paraguai	5.297
Peru	67.875
Regional	14.530
República Dominicana	30.043
Suécia	677
Suiça	11.658
Trinidad e Tobago	1.000
Uruguai	63.371
Venezuela	37.281
Total	1.804.460

Subempréstimos concedidos por intermediários financeiros locais em 2002

Os intermediários financeiros locais, usando empréstimos recebidos da CII, podem conceder subempréstimos menores e a empresas menores do que seria possível para a CII operando diretamente. Esse tipo de empréstimo tem também um considerável efeito multiplicador, pois as instituições mutuárias ficam obrigadas a reinvestir a receita dos subempréstimos uma vez que lhes sejam pagos.

A partir de 1989, a CII já aprovou 82 empréstimos a intermediários financeiros locais, num total de \$506 milhões. Por sua vez, esses intermediários financeiros concederam subempréstimos num total de US\$633 milhões a mais de 3.400 pequenas e médias empresas na América Latina e no Caribe.

Resumem-se, a seguir, os projetos que receberam financiamento direto ou indireto da CII por meio de intermediários financeiros em 2002.

Total dos subempréstimos em 2002:
22, no valor de US\$1,77 milhão

A América Leasing, no Peru, recebeu um empréstimo de US\$5 milhões em 2001. A receita do empréstimo será usada para financiar pequenas e médias empresas por meio de arrendamentos financeiros de médio e longo prazo destinados a projetos de modernização e/ou expansão.

Total dos subempréstimos em 2002:
7, no valor de US\$2,24 milhões

O Banco Económico, na Bolívia, recebeu um empréstimo de US\$5 milhões da CII em 1998. Este banco repassa a receita a pequenas e médias empresas produtivas dos setores da agroindústria e da indústria manufatureira. O Banco Económico também fornece empréstimos de curto prazo para capital de giro e para o financiamento de operações comerciais.

Total dos subempréstimos em 2002:
2, no valor de US\$426.000

O Banco Improsa S.A., na Costa Rica, presta serviços internacionais relacionados com o comércio. Está usando um empréstimo de US\$6 milhões, recebido da CII em 2000, para atender à demanda de empréstimos de longo prazo expressos em dólares para pequenas e médias empresas no país.

Total dos subempréstimos em 2002:
3, no valor de US\$889.938

O Banco Intercontinental Leasing está fornecendo arrendamento financeiro na República Dominicana, tanto em moeda local quanto em dólares americanos. O banco recebeu um empréstimo de US\$3 milhões da CII em 1996.

Total dos subempréstimos em 2002:
3, no valor de US\$1,63 milhão

O Banco Interfin, na Costa Rica, está usando um empréstimo de US\$6 milhões, recebido da CII em 1998, para fornecer linhas de crédito a pequenas e médias empresas na Costa Rica, principalmente exportadoras de bens não tradicionais. Está também arrendando equipamento comercial e industrial, e prestando serviços como banco de investimentos.

Total dos subempréstimos em 2002:
8, no valor de US\$4,26 milhões

O Banco Popular Dominicano C.A. recebeu um empréstimo A de US\$10 milhões e um empréstimo B de US\$19 milhões da CII em 2000. Estes recursos estão sendo usados para financiar pequenas e médias empresas dominicanas, em especial as exportadoras.

Total dos subempréstimos em 2002: 1, no valor de US\$335.000	O Banco Uno (ex-Banexpo), na Nicarágua, recebeu em 1999 um empréstimo de US\$5 milhões da CII para repasse a pequenas e médias empresas.
Total dos subempréstimos em 2002: 384, no valor de US\$6,4 milhões	A Delta Leasing Habitacional está proporcionando arrendamento financeiro para habitações destinadas à população de baixa e média renda no Chile, usando recursos de um empréstimo da CII no valor de US\$7 milhões aprovado em 2000. Outras fontes de financiamento são a securitização da carteira de empréstimo hipotecário e a venda de títulos lastreados em hipotecas.
Total dos subempréstimos em 2002: 1, no valor de US\$300.000	O Banco Financiera Centroamericana, S.A., em Honduras, está usando um empréstimo de US\$4 milhões recebido da CII em 2000 para fornecer financiamento a pequenas e médias empresas que operam sobretudo nos setores industrial, manufatureiro, da construção e de agronegócios.
Total dos subempréstimos em 2002: 24, no valor de US\$3,3 milhões	A PLG Capital Partners (anteriormente El Camino Resources de América Latina), um fundo regional que opera na Costa Rica, Guatemala, El Salvador e outros países centro-americanos, está usando um empréstimo de US\$15 milhões recebido da CII em 1996 para fornecer financiamento-ponte destinado a empréstimos por sua vez usados para comprar equipamento e celebrar contratos de arrendamento operacional com empresas do mercado médio.

A Governança corporativa na América Latina e no Caribe: um desafio de maior envergadura

Professor Florencio López-de-Silanes

Universidade de Yale e National Bureau of Economic Research

Por que se observam diferenças tão grandes no tamanho, alcance e avaliação dos mercados de capital? Por que, por exemplo, os mercados acionários são tão maiores na África do Sul do que no México ou no Peru? Por que, em 1995, tantas empresas abriram o capital na Índia e em Hong Kong enquanto nenhuma o fez no Brasil, Uruguai ou Venezuela? Por que será que países como a Nova Zelândia têm grandes mercados de crédito, ao passo que a Argentina e a Colômbia não os têm?

Num quadro simples de Modigliani-Miller (Modigliani e Miller, 1958), o tamanho dos mercados de capital é determinado apenas pelos fluxos de caixa gerados para os investidores. Portanto, em linhas gerais, o tamanho dos mercados de capital deveria ser proporcional ao produto nacional bruto (PNB). Para explicar as grandes discrepâncias entre o tamanho dos mercados financeiros de países com PNB semelhante, é preciso reconhecer que os títulos são mais do que os fluxos de caixa que representam, pois facultam aos investidores exercer certos direitos. As ações conferem ao investidor o direito não só de receber dividendos, mas também de exercer um controle sobre a gestão da empresa mediante o processo de votação. Da mesma forma, uma dívida dá aos credores o direito não só de receber pagamentos a título de juros, mas também de tomar posse do bem dado em garantia, em caso de falência da firma.

A separação entre participação e controle pode ter um efeito importante no tamanho dos mercados de capital, uma vez que deixemos de lado as hipóteses de Modigliani-Miller e levemos em conta os custos de agência. Em termos exagerados, o capital externo não teria valor se os acionistas não tivessem direitos de controle para obrigar os administradores a pagar dividendos. Do mesmo modo, os credores não se disporiam a emprestar dinheiro, fosse qual fosse a taxa de juros, se não

divessem direitos de controle que lhes permitissem punir os devedores inadimplentes com suas obrigações financeiras. Tanto os financistas como os administradores se beneficiarão com a eliminação do conflito de agência se puderem redigir um contrato completo onde se especifique o que o administrador deveria fazer com os fundos pertinentes e como os devolveria aos investidores em todos os países do mundo. Naturalmente, na prática não se pode estabelecer um contrato completo, o que obriga a conferir ao administrador um certo grau de discricão (Grossman e Hart, 1986). Embora essa discricão seja, em termos de custo, uma forma eficaz para lidar com a separação entre participação e controle, pode, lamentavelmente, ser usada para expropriar os financistas por meio da expropriação direta, fixação de preços de transferência ou liquidação de ativos.

No âmbito das expropriações, a lei e sua aplicação constituem fatores chaves, e explicam por que alguns países têm mercados de capital muito maiores que outros, pois é evidente que os países diferem enormemente quanto ao grau da proteção jurídica oferecida ao investidor. Por exemplo, um acionista em um país latino-americano ou caribenho típico não só tem um conjunto de direitos muito diferente do acionista situado no Reino Unido ou nos Estados Unidos, mas os recursos de que dispõe para obter ressarcimento provavelmente serão muito menores.

A teoria jurídica prevê a existência de mercados de capital maiores nos países onde os custos de agência são limitados por lei e pelas instituições estabelecidas para facilitar sua aplicação. La Porta et al. (1998) avaliam sistematicamente os direitos do investidor e a qualidade de sua aplicação em 49 países. La Porta et al. (1997, 1998 e 1999) relacionam as instituições jurídicas com o tamanho e alcance dos mercados de capital externos, e também com a concentração da participação acionária em todo o mundo.

Os gráficos 1 e 2, com base em dados constantes de La Porta et al. (1998 e 2002), mostram que a proteção maior ao investidor está vinculada a mercados de maior profundidade, medidos em função do valor de todas as firmas com ações cotadas em bolsa como proporção

da economia (eixo das ordenadas).

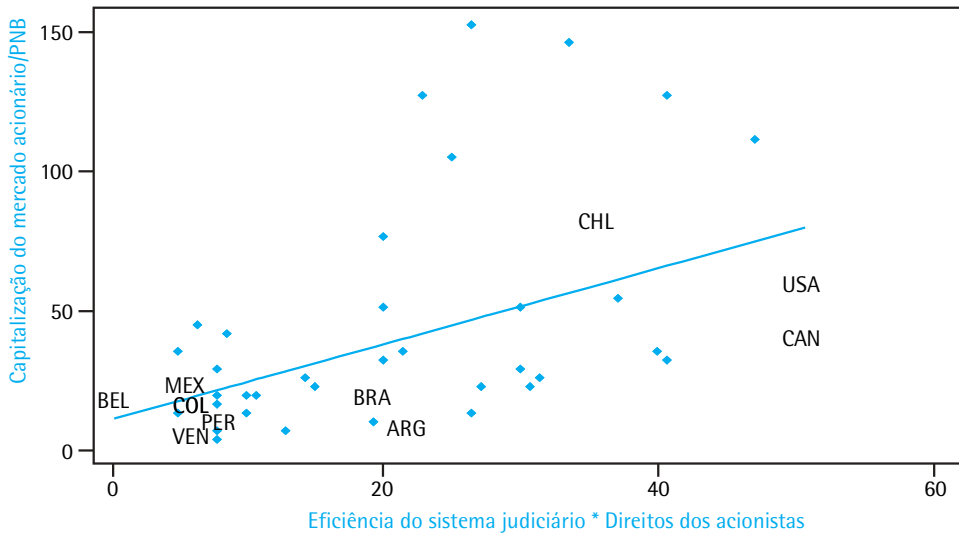
Como os direitos do investidor não são determinados unicamente pelas leis, o eixo das abscissas do primeiro gráfico leva em conta, em certa medida, a qualidade da aplicação da lei. Finalmente, o segundo gráfico também mostra que as normas contábeis nos diversos países contribuem poderosamente para prever o tamanho dos mercados de capital. Esta evidência corrobora a importância da divulgação de informações e da transparência, e expõe a raiz da recente onda de escândalos que varreu os Estados Unidos e outros países em matéria de governança corporativa.

Em última análise, o problema da má governança corporativa é que as firmas sofrem. Como mostram os gráficos, as leis e a sua aplicação têm importância. Ou seja, os países que oferecem aos empresários melhores termos de financiamento externo teriam mercados de capital mais valorizados e mais amplos. Por outro lado, as firmas situadas em países com fraca proteção ao investidor têm menos acesso ao capital e, assim mesmo, é a um custo maior, pois apresentam valorizações mais baixas que firmas semelhantes em países que oferecem boa proteção.

Como mostram claramente os gráficos, em geral os países latino-americanos e caribenhos oferecem ao investidor um ambiente jurídico pouco atraente. Os direitos dos investidores e a qualidade de seu exercício estão atrasados em relação à maioria dos países restantes. Em conseqüência, os seus mercados de capital são extremamente pequenos e estreitos.

É óbvio que melhorar a governança corporativa deveria ser uma prioridade em matéria de políticas na América Latina e no Caribe. Esta reação deveria ser reforçada pela atual onda de reformas que ocorre nos Estados Unidos no plano da governança corporativa frente aos já célebres escândalos da Enron e da WorldCom, cujo efeito se fará sentir profundamente na América Latina e no Caribe. Nos Estados Unidos, a reação no plano normativo tem elevado o nível de exigência quanto à governança corporativa e a padrões de divulgação de informação, obrigando os países latino-americanos e caribenhos

Gráfico 1. Maior proteção ao investidor → mercados financeiros mais profundos

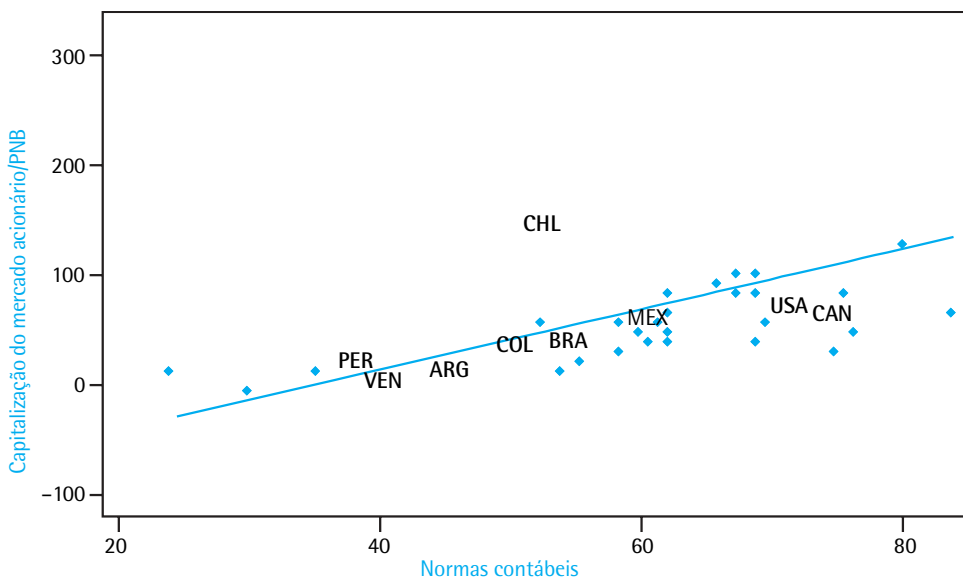


Trata-se de uma medida da proteção efetiva ao acionista. Computa-se como o índice de eficiência do sistema judiciário, que é uma avaliação da eficiência e integridade do ambiente jurídico que afeta os negócios (escala de 0 a 10), multiplicado pelo índice dos direitos dos acionistas, que mede

os direitos dos acionistas conforme inscritos no direito comercial de cada país.

Capitalização do mercado acionário/PNB. É o valor de todas as empresas que emitem ações, como porcentagem do Produto Nacional Bruto em cada país.

Gráfico 2. Melhores padrões contábeis → mercados financeiros mais profundos



Normas contábeis. É o índice que se cria analisando e classificando os relatórios anuais de 1990 das empresas com base na inclusão ou omissão de 90 itens. Estes itens se enquadram em sete categorias (informações gerais, demonstração de receita, balanço geral, demonstração de fluxo de recursos,

normas contábeis, dados sobre ações e itens especiais). Em cada país se estudou um mínimo de três empresas. As empresas representam um corte de vários grupos setoriais, onde as empresas industriais representavam 70% e as empresas financeiras os 30% restantes.

ainda atrasados a enfrentar agora um desafio mais difícil.

A reação imediata à evidência levantada neste trabalho é propor uma reforma jurídica generalizada. Evidentemente, os acionistas minoritários se beneficiariam com a existência de um mecanismo para compensar expropriações, e existe ampla margem para fortalecer os direitos de voto e aperfeiçoar os requisitos de divulgação de informações. Argumentos semelhantes podem ser aduzidos no tocante aos direitos dos credores.

No entanto, já que melhorar a eficiência do sistema judicial e afirmar o império da lei são processos lentos, é importante incorporar essas restrições à formulação das políticas. Por exemplo, talvez seja especialmente proveitoso adotar um mecanismo para minorias oprimidas, possivelmente semelhante ao do Chile, que reduz ao mínimo a participação dos tribunais, embora sua natureza mais mecânica conduza a resultados menos justos. Da mesma

forma, em países com instituições jurídicas débeis talvez não baste impor melhores requisitos de divulgação de informações. Nesses casos talvez convenha, por exemplo, só permitir que os investidores institucionais invistam em empresas que atendam a normas de governança corporativa mínimas determinadas por comissões de melhores práticas independentes.

Por último, em matéria de direitos dos credores, poder-se-ia insistir em procedimentos de falência que reduzam ao mínimo a participação dos tribunais. O mecanismo administrativo do Reino Unido é um exemplo de procedimento de falência que atribui a maior parte do poder de decisão aos bancos comerciais, e não aos tribunais. Neste sentido, outra forma de afastar-se da prática atual seria introduzir as forças do mercado no processo falimentar, fazendo leiloar firmas falidas, num processo bem semelhante ao usado atualmente para privatizar empresas estatais (Hart *et al.*, 1997).

Referências

Grossman, Sanford e Oliver Hart. “The Costs and Benefits of Ownership: A theory of Vertical and Lateral Integration”, *Journal of Political Economy* 94, 1986: pp.175-202.

Hart, Oliver, Rafael La Porta, Florencio López-de-Silanes e John Moore. “A New Bankruptcy procedure that Uses Multiple Auctions”, *European Economic Review* 41, 1997: pp. 461-475.

La Porta, Rafael, Florencio López-de-Silanes, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny. “Legal Determinants of External Finance”, *Journal of Finance* 52 (julho de 1997): pp. 1131-50.

La Porta, Rafael, Florencio López-de-Silanes, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny. “Law and Finance”, *Journal of Political Economy*, dezembro de 1998, pp. 1113-1155.

La Porta, Rafael, Florencio López-de-Silanes e Andrei Shleifer. “Corporate Ownership Around the World”, *Journal of Finance* LIV, N° 2, abril de 1999, pp. 471-517.

La Porta, Rafael, Florencio López-de-Silanes, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny. “Investor Protection and Corporate Valuation”, *Journal of Finance* LVIII, N° 3 (junho de 2002), pp. 147-1170.

Modigliani, Franco e Merton Miller. “The Cost of Capital, Corporation Finance, and the Theory of Investment”, *American Economic Review* 48 (junho de 1958): pp. 261-97.

Demonstrações financeiras

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balanço geral

31 de dezembro 2002 e 2001 (em milhares de dólares)

	2002	2001
ATIVO		
Caixa	\$ 1.359	\$ 3.576
Títulos negociáveis	76.207	50.436
Investimentos		
Investimentos em forma de empréstimo	268.827	275.417
Menos provisão para perdas	(45.702)	(30.421)
	223.125	244.996
Investimentos em forma de participação acionária	114.090	101.072
Menos provisão para perdas	(41.146)	(27.032)
	72.944	74.040
Certificados de recebíveis imobiliários	4.816	4.338
Total dos investimentos	300.885	323.374
Contas a receber e outros ativos	6.788	4.062
Total dos ativos	\$ 385.239	\$ 381.448
PASSIVO E CAPITAL		
Contas a pagar e outros passivos	\$ 17.868	\$ 6.319
Juros e comissões de compromisso a pagar	482	24
Empréstimos obtidos	85.000	105.000
Total do passivo	\$ 103.350	\$ 111.343
Capital		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal US\$10.000)		
Ações subscritas	691.560	681.910
Menos subscrições a receber	(358.635)	(401.885)
	332.925	280.025
Déficit acumulado	(51.036)	(9.920)
Total do passivo e do capital	\$ 385.239	\$ 381.448

As notas anexas constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da receita e dos lucros retidos

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares)

	2002	2001
RECEITA		
Títulos negociáveis	\$ 1.706	\$ 2.873
Investimentos em forma de empréstimo		
Juros	12.100	20.166
Comissões de compromisso	385	477
Comissões de abertura	983	476
Outras receitas de investimentos em forma de empréstimo	619	251
	<u>14.087</u>	<u>21.370</u>
Investimentos em forma de participação acionária		
Ganhos na venda de participação acionária	539	2.081
Dividendos	1.165	1.261
Outras receitas de investimentos em forma de participação acionária	472	80
	<u>2.176</u>	<u>3.422</u>
Certificados de recebíveis imobiliários		
Juros	614	207
(Perdas) lucros não realizados com certificados de recebíveis imobiliários	(1.829)	515
	<u>\$ (1.215)</u>	<u>\$ 722</u>
Serviços de assessoria, co-financiamento e outras receitas	2.110	3.138
	<u>\$ 18.864</u>	<u>\$ 31.525</u>
DESPESAS		
Despesas administrativas	16.012	14.103
Provisão para perdas com investimentos em forma de empréstimo e de participação acionária	44.480	25.511
(Lucros) perdas não realizados em instrumentos derivados	(2.524)	619
Despesas com empréstimos obtidos	2.012	6.621
	<u>59.980</u>	<u>46.854</u>
PERDA LÍQUIDA	(41.116)	(15.329)
(DÉFICIT ACUMULADO) LUCROS RETIDOS NO COMEÇO DO EXERCÍCIO	<u>(9.920)</u>	<u>5.409</u>
(DÉFICIT ACUMULADO) NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	<u>\$ (51.036)</u>	<u>\$ (9.920)</u>

As notas anexas constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares)

	2002	2001
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos (empréstimos concedidos)	\$ (64.555)	\$ (58.208)
Desembolsos (aquisição de participação acionária)	(19.276)	(15.333)
Desembolsos em certificados de recebíveis imobiliários	(3.921)	(4.239)
Pagamentos de amortização de empréstimos	55.667	46.688
Vendas de participação acionária	2.000	2.542
Recuperação de capital investido em fundos de investimento fechados	3.972	2.330
Pagamentos de certificados de recebíveis imobiliários	1.614	417
Produto de ativos recuperados	679	416
Líquido de caixa usado em atividades de investimento	\$ (23.820)	\$ (25.387)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saques de empréstimos obtidos	50.000	90.000
Pagamentos de amortização de empréstimos obtidos	(70.000)	(145.000)
Subscrições de capital	52.900	56.150
Líquido de caixa proveniente de atividades de financiamento	\$ 32.900	\$ 1.150
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DE OPERAÇÕES		
Perda líquida	(41.116)	(15.329)
Títulos negociáveis		
Aquisições	(1.571.758)	(2.562.370)
Vendas, valores vencidos e liquidações	1.546.014	2.574.352
	(25.744)	11.982
Ajustes para conciliar a receita líquida com o líquido de caixa (usado em) proveniente de operações		
Provisão para perdas com investimentos em forma de empréstimo e de participação	44.480	25.511
Variação em contas a receber e outros ativos	(2.726)	3.043
Variação em contas a pagar e outros passivos	11.549	2.938
Variação em juros e comissões de compromisso a pagar	458	(1.493)
Perdas (lucros) não realizados com certificados de recebíveis imobiliários	1.829	(515)
Lucros não realizados com títulos negociáveis	(27)	(106)
	55.563	29.378
Líquido de caixa (usado em) proveniente de operações	(11.297)	26.031
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa	(2.217)	1.794
Saldo de caixa no começo do exercício	3.576	1.782
Saldo de caixa no encerramento do exercício	\$ 1.359	\$ 3.576
Informação complementar:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 1.377	\$ 7.977

As notas anexas constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Propósito

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986. É membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que também inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). A Corporação começou a operar em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos financiando empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, cumpre esta missão concedendo empréstimos e fazendo investimentos acionários onde não há capital privado suficiente oferecido em termos razoáveis, mobilizando financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes por meio de co-financiamento ou consorciação, e prestando serviços financeiros e assessoria técnica. A Corporação obtém seu capital social junto a seus países membros, opera exclusivamente em dólares dos Estados Unidos e limita suas atividades operacionais a seus 26 países membros regionais.

Nota A – Resumo das políticas contábeis relevantes e políticas conexas

As políticas de contabilidade e de divulgação de informações financeiras da Corporação se enquadram nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP).

Apresentação das demonstrações financeiras

Algumas rubricas do ano anterior foram reclassificadas para adaptar-se à apresentação do corrente ano.

Uso de estimativas

A elaboração de demonstrações financeiras conforme os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos exige que a administração formule estimativas e pressuposições que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre o ativo e passivo contingentes na data da apresentação das demonstrações financeiras, e os valores declarados da receita e da despesa no período. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A administração exerceu em grau considerável o seu próprio juízo ao determinar a adequação da provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias, bem como os valores justos dos certificados de recebíveis imobiliários e de todos os instrumentos derivados. Por sua própria natureza, as operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas. As mudanças na conjuntura econômica podem afetar adversamente sua posição financeira.

Títulos negociáveis

Como parte da sua estratégia global de gestão da carteira, a Corporação investe em obrigações de governos e de órgãos públicos, depósitos a prazo e títulos lastreados em ativos, de acordo com suas políticas em matéria de risco creditício e de prazo. As obrigações de governos e de órgãos públicos compreendem títulos de rendimento fixo altamente cotados, certificados, letras e outras obrigações emitidas ou garantidas incondicionalmente por governos de países ou outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. A carteira de títulos negociáveis da Corporação é classificada como investimento a curto prazo e contabilizada a seu valor de mercado; as mudanças que ocorrem no seu valor justo, bem como os lucros ou perdas realizados, são registrados nas receitas de títulos negociáveis. As aquisições são contabilizadas na data de contratação e os juros e dividendos sobre títulos e a amortização de prêmios, bem como a valorização de títulos comprados com desconto, são declarados na receita de títulos negociáveis.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Empréstimos e investimentos de capital

Os recursos correspondentes aos investimentos, em forma quer de empréstimo quer de participação acionária, consideram-se comprometidos na data da assinatura do respectivo contrato, e são contabilizados como ativos uma vez desembolsados. Os investimentos em forma de empréstimo são contabilizados com base na parte do principal cuja amortização está pendente, ajustada conforme provisão para perdas. É praxe da Corporação obter garantias, como hipotecas ou garantias de terceiros, além de outras. As participações cujo valor de mercado não seja de fácil determinação contabilizam-se inicialmente ao valor de custo. Esse montante contabilizado, como se explica a seguir, é periodicamente revisto e ajustado para compensar eventuais reduções. Por vezes, a Corporação celebra contratos com opção de venda ligados a participações acionárias.

A Corporação considera que um empréstimo é duvidoso quando, com base em informações e eventos correntes, existem sérias dúvidas sobre a possibilidade de recuperar a totalidade do montante pendente nos termos do respectivo contrato. A provisão para perdas com empréstimos reflete o juízo da administração com referência ao valor presente descontado de futuros fluxos de caixa previstos, calculados à taxa de juros efetiva do empréstimo.

Provisão para perdas com empréstimos e participações

A Corporação segue a política de conferir periodicamente a classificação de risco de todos os seus empréstimos e participações, e definir uma provisão para perdas com base nessa conferência. O juízo da administração baseia-se na classificação de risco e no desempenho de cada investimento, no volume e diversidade da carteira da Corporação, na conjuntura econômica e em outros fatores que a Administração considere significativos. A fim de calcular a provisão para perdas, usam-se estimativas dos valores das garantias e outras fontes potenciais de fluxo de caixa. A provisão para perdas se estabelece mediante débitos periódicos à conta da receita sob a forma de provisão para perdas com investimentos. A eliminação contábil de investimentos e as eventuais recuperações posteriores são registradas na conta de provisão. A provisão para perdas é mantida num nível que, a juízo da administração, seja adequado para absorver as perdas estimadas na carteira de empréstimos e participações, e reflita adequadamente o risco de perda na carteira da Corporação.

Reconhecimento de receitas provenientes de empréstimos e participações

Os juros e todas as comissões, exceto comissões de abertura, são contabilizados como receitas uma vez recebidos. As comissões de abertura e os custos marginais diretos ligados ao processamento de empréstimos e participações contabilizam-se quando ocorrem, pois a administração considera insignificantes os seus montantes líquidos. A Corporação não contabiliza receitas de empréstimos cuja arrecadação seja duvidosa nem quando o pagamento de juros ou principal estejam em mora há mais de 90 dias. Nos termos dessa política de não contabilizar receitas em caso de atraso de pagamento, os empréstimos podem ser classificados como improdutivos mesmo que não correspondam à definição de empréstimos improdutivos. Os juros acumulados sobre um empréstimo classificado como improdutivo são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando forem recebidos e a administração entender que o mutuário demonstrou capacidade para fazer pagamentos periódicos dos juros e do principal. Os juros não previamente reconhecidos mas capitalizados como parte de uma reestruturação da dívida são contabilizados como receitas diferidas e creditados como receita somente quando for recebido o principal respectivo.

Investimentos em certificados de recebíveis imobiliários

Os investimentos em certificados de recebíveis imobiliários são classificados como investimentos de curto prazo e contabilizados pelo seu valor justo segundo a

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Declaração sobre Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) N° 115, *Contabilização de certos investimentos em títulos de dívida e capital*. O investimento da Corporação em certificados de recebíveis imobiliários é classificado como investimentos de curto prazo e contabilizado pelo valor de mercado, e as variações do valor justo e os ganhos e perdas não realizados são contabilizados como receita não realizada em certificados de recebíveis imobiliários.

Gerenciamento de risco e instrumentos derivados

Para gerenciar o risco, a Corporação efetua transações que abrangem vários instrumentos derivados. Esses derivados são concebidos para minimizar os riscos ligados às taxas de juros e ao câmbio com relação a certos investimentos. De acordo com a norma SFAS N° 133, *Contabilização dos Instrumentos Derivados e Atividades de Salvaguarda*, e respectivas emendas, a Corporação atribui preços de mercado a esses derivados e os registra como ativos e/ou passivos na data do balanço geral, sendo que os lucros e perdas não realizados se refletem nos resultados.

Ativos fixos

A depreciação dos ativos fixos da Corporação é efetuada pelo método linear, com base na vida útil prevista dos ativos, que varia de três a sete anos. Os custos ligados ao desenvolvimento de *software* para uso interno são capitalizados e amortizados durante a vida útil do *software*.

Valores justos dos instrumentos financeiros

A norma SFAS N° 107, *Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros*, determina que as entidades divulguem informações relativas ao valor justo estimado de seus respectivos instrumentos financeiros, sejam ou não tais valores contabilizados no balanço geral.

No caso de muitos dos instrumentos financeiros da Corporação, não é viável estimar o valor justo e, portanto, nos termos da norma SFAS N° 107, se fornecem informações complementares referentes à estimativa do valor justo, como seu valor contábil, a taxa de juros e o prazo de vencimento.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os métodos e premissas que se seguem.

Caixa: O montante contabilizado no balanço geral aproxima-se do valor justo.

Títulos negociáveis. O valor justo dos títulos negociáveis baseia-se em preços cotados no mercado. Ver a Nota B.

Investimentos em forma de empréstimo. A Corporação fornece financiamento sob medida para empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Para esse tipo de empréstimo, não existe um mercado secundário comparável. Com relação à maioria dos empréstimos e dos compromissos com eles relacionados, a administração considera que, devido à natureza singular das operações de crédito da Corporação e à falta de um mercado secundário estabelecido, é inviável, no momento, estimar o valor justo da sua carteira de empréstimos. Ver a Nota C.

Investimentos em forma de participação. A Corporação compra participações no capital social de pequenas e médias empresas privadas da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado nem são viáveis outros métodos de avaliação. Ver a Nota C.

Certificados de recebíveis imobiliários. À falta de cotação no mercado e de um mercado ativo, determina-se o valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários com base em estimativas de fatores significativas pela administração. Ver Nota C.

Empréstimos obtidos. O montante contabilizado no balanço geral sob a rubrica de empréstimos obtidos aproxima-se do valor justo. Ver a Nota F.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Novas normas de contabilidade e divulgação de informações financeiras

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, o Financial Accounting Standards Board (FASB) expediu vários novos padrões de contabilidade: o SFAS n° 144, *Contabilização de Perdas na Recuperação de Ativos de Longo Prazo*; SFAS n° 145, *Revogação das FASB n° 4, 44 e 64, Emenda à FASB n° 13, e Correções Técnicas*; a SFAS n° 146, *Contabilização de Custos Associados a Atividades de Saída e Alienação*; e a SFAS n° 147, *Aquisições de Certas Instituições Financeiras—emenda à FASB n° 74 e 144 e à Interpretação da FASB n° 9*. Nenhum desses padrões contábeis deve exercer um impacto substancial sobre a Corporação.

Em novembro de 2002, a FASB expediu a Interpretação FASB n° 45 (FIN 45), *Obrigações do Avalista em Relação à Contabilização e Informação sobre Garantias, Inclusive Garantias Indiretas de Dívidas de Terceiros*. A FIN 45 determina que, ao conceder uma garantia, o avalista deve reconhecer um passivo correspondente ao valor justo da obrigação assumida. As disposições da FIN 45 relativas à divulgação vigoram para as demonstrações financeiras relativas a períodos intermediários e anuais encerrados após 15 de dezembro de 2002. As disposições relativas ao reconhecimento e cálculo iniciais vigoram em termos prospectivos para garantias emitidas ou modificadas após 31 de dezembro de 2002, seja qual for a data em que se encerre o exercício do avalista. A divulgação mais detalhada com base na interpretação não exerceu um impacto substancial sobre a posição financeira da Corporação nem sobre os resultados de suas operações. A Corporação não julga que a adoção dos requisitos de reconhecimento e cálculo iniciais dessa interpretação venham a exercer qualquer impacto sobre sua posição financeira ou sobre os resultados de suas operações.

Nota B – Títulos negociáveis

Composição dos títulos negociáveis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002	2001
Obrigações do governo e de órgãos públicos	\$ 30.634	\$ 20.679
Títulos lastreados em ativos	22.265	22.673
Títulos de empresas privadas	23.308	7.084
	\$ 76.207	\$ 50.436

Composição da receita líquida proveniente de títulos negociáveis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002	2001
Rendimentos financeiros	\$ 1.592	\$ 2.922
Lucros não realizados	27	106
Lucros (perdas) realizados	87	(155)
Total	\$ 1.706	\$ 2.873

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Nota C – Investimentos em forma de empréstimo, participação acionária e certificados de recebíveis imobiliários

A Corporação monitora as suas carteiras ativas de empréstimos e investimentos acionários no tocante à concentração geográfica do risco creditício. O maior risco da Corporação consta da rubrica “Regional”, que consiste sobretudo em recursos de investimento de capital privado em operações que abrangem vários países. Em 31 de dezembro de 2002, os países individuais que apresentavam o maior risco de crédito para a Corporação eram Argentina, Chile e Brasil.

A distribuição da carteira ativa por país e por setor em 31 de dezembro de 2002 e 2001 é a seguinte (em milhares de dólares).

	2002			2001		
	Empréstimos	Participações	Total	Empréstimos	Participações	Total
Regional	\$ 4.276	\$ 70.131	\$ 74.408	\$ 3.170	\$ 56.240	\$ 59.410
Argentina	39.931	2.000	41.931	55.121	2.000	57.121
Chile	21.178	15.810	36.988	12.375	12.974	25.349
Brasil	24.566	9.163	33.730	21.355	9.285	30.640
México	17.338	12.371	29.709	12.529	13.100	25.629
Costa Rica	17.530	–	17.530	22.168	–	22.168
Venezuela	16.068	–	16.068	9.833	–	9.833
Peru	15.946	–	15.946	17.029	–	17.029
República Dominicana	15.414	–	15.414	17.072	–	17.072
Nicarágua	14.354	400	14.754	12.762	400	13.162
Colômbia	12.000	2.571	14.571	4.000	3.429	7.429
Honduras	14.252	–	14.252	15.932	–	15.932
Bolívia	13.203	–	13.203	26.200	–	26.200
Panamá	10.229	–	10.229	9.314	–	9.314
Guatemala	9.253	–	9.253	15.146	–	15.146
Paraguai	7.863	–	7.863	11.111	–	11.111
Uruguai	5.779	1.046	6.825	5.172	1.046	6.218
Equador	5.760	–	5.760	1.252	–	1.252
Trinidad e Tobago	2.646	598	3.244	3.476	598	4.074
Belize	1.000	–	1.000	–	–	–
Bahamas	240	–	240	400	–	400
El Salvador	–	–	–	–	2.000	2.000
TOTAL	\$ 268.827	\$ 114.090	\$ 382.917	\$ 275.417	\$ 101.072	\$ 376.489
Serviços financeiros	\$ 111.295	\$ 21.229	\$ 132.524	\$ 143.381	\$ 10.486	\$ 153.867
Fundos de investimento	–	86.711	86.711	–	82.436	82.436
Aqüicultura e pesca	20.195	4.150	24.345	3.637	4.150	7.787
Agroindústria, agricultura	19.390	2.000	21.390	13.634	2.000	15.634
Serviços públicos e infra-estrutura	19.535	–	19.535	18.471	–	18.471
Transporte e armazenagem	14.952	–	14.952	14.610	–	14.610
Productos químicos e plásticos	13.162	–	13.162	7.167	–	7.167
Turismo e hotelaria	11.197	–	11.197	16.774	–	16.774
Manufatura em geral	10.501	–	10.501	13.112	–	13.112
Madeira, papel e celulose	10.167	–	10.167	2.000	–	2.000
Alimentação e bebidas	9.181	–	9.181	11.619	2.000	13.619
Zonas de processamento industrial	7.557	–	7.557	8.667	–	8.667
Serviços não financeiros	7.390	–	7.390	10.427	–	10.427
Serviços de saúde	5.140	–	5.140	880	–	880
Têxteis, vestuário e artigos de couro	4.522	–	4.522	5.913	–	5.913
Tecn., Com. e Nova Economia	3.143	–	3.143	4.000	–	4.000
Educação	1.000	–	1.000	–	–	–
Mercados de capital	499	–	499	499	–	499
Mineração e petróleo	–	–	–	626	–	626
TOTAL	\$ 268.827	\$ 114.090	\$ 382.917	\$ 275.417	\$ 101.072	\$ 376.489

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Resumem-se a seguir os empréstimos e participações acionárias aprovados pela Diretoria Executiva mas ainda não comprometidos, bem como os compromissos de empréstimos e participações assinados mas ainda não totalmente desembolsados (excluindo os cancelamentos) em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares).

	2002	2001
Investimentos aprovados mas não comprometidos		
Empréstimos	\$ 65.555	\$ 146.875
Participações	9.000	15.000
TOTAL	\$ 74.555	\$ 161.875
Investimentos comprometidos mas não totalmente desembolsados		
Empréstimos	\$ 94.494	\$ 59.209
Participações	35.449	59.871
TOTAL	\$ 129.943	\$ 119.080

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pela Corporação baseiam-se nas taxas de juros oferecidas no mercado interbancário de Londres (LIBOR) para um, três e seis meses, acrescidas de uma margem que varia de 2,50% a 6,00%. Em 31 de dezembro de 2002, a média das taxas LIBOR para um, três e seis meses era de 1,77%, 1,79% e 1,88%, respectivamente (3,88%, 3,78% e 3,73%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2001).

Figura a seguir a estrutura de vencimento dos empréstimos da Corporação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002		2001	
	Principal pendente	Margem média sobre a LIBOR	Principal pendente	Margem média sobre a LIBOR
Vencimento dentro de um ano ou menos	\$ 58.019	3,64%	\$ 61.489	3,70%
Vencimento em mais de um e até cinco anos	169.853	3,72%	172.562	3,50%
Vencimento em mais de cinco e até dez anos	40.955	3,83%	41.366	4,02%
	\$ 268.827		\$ 275.417	

Os empréstimos com juros que deixaram de ser contabilizados totalizavam US\$62.434.000 em 31 de dezembro de 2002 (US\$83.246.000 em 31 de dezembro de 2001). As receitas financeiras correspondentes a empréstimos improdutivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 elevavam-se a US\$3.162.000 (US\$2.634.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001). Os juros correspondentes a empréstimos classificados como improdutivos, e recebidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, perfaziam US\$1.271.000 (US\$47.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001).

Em 31 de dezembro de 2002, o investimento contabilizado em empréstimos duvidosos era de US\$46.199.000 (US\$22.128.000 em 31 de dezembro de 2001). O investimento médio em empréstimos duvidosos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 foi US\$34.164.000 (US\$15.327.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001).

Resumem-se a seguir as variações na provisão para perdas com empréstimos e com participações acionárias nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares).

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

	2002			2001		
	Empréstimos	Capital	Total	Empréstimos	Capital	Total
Saldo no início de exercício	\$ 30.421	\$ 27.032	\$ 57.453	\$ 24.409	\$ 15.961	\$ 40.370
Investimentos eliminados contabilmente	(15.478)	(286)	(15.764)	(5.746)	(3.098)	(8.844)
Montantes recuperados	679	—	679	416	—	416
Provisão para perdas	30.080	14.400	44.480	11.342	14.169	25.511
Saldo no encerramento do exercício	\$ 45.702	\$ 41.146	\$ 86.848	\$ 30.421	\$ 27.032	\$ 57.453

As condições econômicas regionais levaram a reconhecer um aumento dos riscos e a introduzir as correspondentes provisões para perdas na carteira da Corporação em 2002.

Em 2000, a Corporação efetuou um investimento em títulos de cobrança referentes a pagamentos mínimos conforme contratos de arrendamento financeiro, e classificado como investimentos em forma de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2002, o valor presente descontado desse investimento era US\$4.274.000 (US\$3.210.000 em 31 de dezembro de 2001), incluindo pagamentos brutos a receber no montante de US\$4.737.000 (US\$5.555.000 em 31 de dezembro de 2001), com juros não realizados de US\$440.000 (US\$345.000 em 31 de dezembro de 2001). Durante o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2002, a Corporação reconheceu US\$246.000 em rendimentos financeiros ligados a esses arrendamentos (US\$375.000 durante o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2001). Os pagamentos a título de arrendamento financeiro a receber nos próximos cinco anos são (em milhares de dólares):

	2003	2004	2005	2006	2007
Reembolso do principal	\$ 1.538	\$ 1.092	\$ 743	\$ 513	\$ 388
Rendimentos financeiros	217	121	64	31	7
A receber a título de pagamentos mínimos conforme contratos de arrendamento financeiro	\$ 1.755	\$ 1.213	\$ 807	\$ 544	\$ 395

Em 2001 e 2002, a Corporação efetuou investimentos em certificados de recebíveis imobiliários. De acordo com a SFAS nº 115, *Contabilização de Certos Investimentos em Títulos de Dívida e Capital*, a Corporação classificou esses certificados como investimentos a curto prazo e os contabilizou ao valor justo estimativo de US\$4.816.000 em 31 de dezembro de 2002 (US\$4.338.000 em 31 de dezembro de 2001). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, a Corporação registrou uma perda não realizada de US\$1.829.000 correspondente a este investimento, que se reflete em (perdas) lucros não realizados com certificados de recebíveis imobiliários (lucro não realizado de US\$515.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001). A Corporação investiu igualmente num instrumento financeiro derivado correlato ao investimento em certificados de recebíveis imobiliários e criado para minimizar a variabilidade dos pagamentos do principal e dos juros causada pelos riscos representados pelos juros e pelo câmbio. A Corporação registrou para o instrumento derivado um valor justo de US\$1.096.000, que se reflete nas contas a receber e representa o ganho não realizado ligado ao derivado em 31 de dezembro de 2002 (perda não realizada de US\$619.000 associada com o derivado, refletida em contas a pagar e outros passivos em 31 de dezembro de 2001). À falta de dados relevantes sobre o mercado e de um mercado ativo, a administração formulou certas pressuposições básicas ao avaliar os certificados de recebíveis imobiliários e instrumentos derivados correlatos. Entre essas pressuposições básicas figuram

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

as expectativas sobre o risco de crédito, os pagamentos antecipados, as taxas de câmbio, a inflação e os riscos de contrapartida. As alterações nessas pressuposições poderiam afetar o valor justo desses certificados de recebíveis imobiliários e dos instrumentos derivados.

Nota D – Contas a receber e outros ativos

As contas a receber e outros ativos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 estão resumidos a seguir (em milhares de dólares):

	2002	2001
Receita de títulos negociáveis	\$ 648	\$ 384
Receita de investimentos em forma de empréstimo	1.818	2.145
Dividendos sobre investimentos em forma de participação acionária	26	174
Ativo em instrumentos derivados	1.906	
Montante líquido a receber das vendas de participações acionárias	695	
Ativos recuperados	620	620
Outros ativos previamente pagos referentes a benefícios posteriores à aposentadoria		112
Outros ativos	711	272
Ativo fixo:		
Equipamento de escritório e benfeitorias na propriedade arrendada, a preço de custo	1.271	1.234
Equipamento de computação, <i>software</i> e desenvolvimento de sistemas, a preço de custo	2.561	2.384
Menos: depreciação e amortização acumuladas	(3.468)	(3.263)
Ativo fixo, líquido	364	355
Total das contas a receber e outros ativos	\$ 6.778	\$ 4.062

Em 2002, a Corporação vendeu sua participação em alguns investimentos acionários e contabilizou títulos a receber por um total de US\$2.590.000. A Corporação reconheceu um lucro de US\$590.000 com essas vendas, classificado como lucro na venda de participações acionárias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo pendente desse montante a receber era US\$747.000 e a respectiva provisão para perdas US\$52.000.

Nota E – Contas a pagar e outros passivos

Resumem-se a seguir as contas a pagar e outros passivos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002	2001
Contas a pagar	\$ 690	\$ 564
Montante devido ao BID	1.271	77
Corretagem relativa a títulos negociáveis	11.164	
Salários e benefícios a pagar	2.304	1.575
Rendimentos diferidos	428	333
Pagamentos residuais de subscrições de capital	341	1.317
Pagamentos de cotas referentes à alienação de participações acionárias	1.383	1.383
Passivo referente a derivados		619
Outros passivos	287	451
Total das contas a pagar e outros passivos	\$ 17.868	\$ 6.319

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

A Corporação assina contratos com patrocinadores de investimentos acionários para se desfazer das próprias posições com relação a tais investimentos. Estes contratos envolvem pagamentos de cotas à Corporação, ao fim dos quais a posição da Corporação é transferida para o patrocinador do investimento acionário. Os pagamentos de cotas refletidos nas contas a pagar e nos outros passivos totalizavam US\$1.383.000 em 31 de dezembro de 2002 e em 31 de dezembro de 2001.

Nota F – Empréstimos obtidos

Os empréstimos pendentes da Corporação consistem em linhas de crédito a termo e rotativo com a Caja Madrid, o Mizuho Corporate Bank e o Shinkin Central Bank. Nos termos das linhas de crédito rotativo, os empréstimos são devidos no prazo de um, três ou seis meses após o desembolso, e são renováveis. Os empréstimos do Shinkin Central Bank são devidos no vencimento.

As linhas de crédito e os empréstimos correlatos pendentes em 31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001 são os seguintes (em milhares de dólares):

Contratos de linha de crédito	2002		2001	
	Linha	Pendente	Linha	Pendente
Caja, vencido em dezembro de 2002	\$ —	\$ —	\$ 50.000	\$ —
Caja, a vencer-se em março de 2003	50.000	—	50.000	—
Mizuho, a vencer-se em junho de 2003	100.000	5.000	100.000	55.000
Caja, a vencer-se em março de 2006	100.000	50.000	100.000	50.000
Shinkin, a vencer-se em dezembro de 2009	30.000	30.000	—	—
		\$ 85.000		\$ 105.000

Os juros são calculados a taxas variáveis com base na taxa LIBOR para um, três e seis meses e fixados na data da entrada em vigor de cada empréstimo ou do reajuste das taxas de juros. O custo médio ponderado dos empréstimos obtidos pela Corporação foi de 1,97% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 (4,71% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001). A Corporação paga também uma comissão de compromisso que varia de 0,05% a 0,10% sobre a linha de crédito disponível não utilizada. O total das comissões de compromisso pagas sobre todas as linhas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 elevou-se a US\$80.000 (US\$53.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001).

Em 2003, a Corporação assinou junto à Caja Madrid um contrato de empréstimo de US\$50.000.000, sobre o qual incidem juros a uma taxa fixa. Esse empréstimo se vence em janeiro de 2011 e seus juros são devidos trimestralmente.

Em 2001, a Corporação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento renovaram um contrato de empréstimo que permite à Corporação tomar emprestado montante não superior a US\$300.000.000 até novembro de 2005. Em 2001 e 2000 não se efetuou nenhum saque com base nesse contrato.

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Nota G – Capital

O capital acionário autorizado da Corporação foi aumentado para US\$703,7 milhões, mediante uma resolução aprovada em 1999, que determinou um aumento de capital de US\$500 milhões. A resolução alocou US\$500 milhões para subscrição pelos países membros durante o prazo de subscrição. Em 22 de março de 2000, alcançou-se o número mínimo de subscrições exigido para que a resolução de aumento de capital entrasse em vigor. Os países membros concordaram em pagar suas subscrições em oito cotas iguais, a última das quais se venceria em 31 de outubro de 2007. A Corporação emite apenas ações integrais. Os pagamentos correspondentes a subscrições fracionárias ou adiantadas se mantêm, e as respectivas ações serão emitidas conforme esse plano de parcelamento.

A tabela seguinte discrimina as ações subscritas, as subscrições a receber e as ações fracionárias ou pagas adiantadamente cuja emissão estava pendente em 31 de dezembro de 2002:

	Total Ações de capital subscritas		Subscrições a receber de países membros	Pagamentos recebidos por conta de subscrições pendentes
	Nº	Montante		
		Milhares de US\$		US\$
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ 4.430	\$ 5.000
Argentina	7.767	77.670	54.400	—
Áustria	345	3.450	1.540	8.750
Bahamas	80	800	—	8.750
Barbados	101	1.010	450	6.250
Belize	101	1.010	450	6.250
Bolívia	624	6.240	2.740	8.750
Brasil	7.767	77.670	42.790	6.916
Chile	2.003	20.030	8.210	3.750
Colômbia	2.003	20.030	11.490	1.250
Costa Rica	94	940	—	—
Dinamarca	1.071	10.710	4.760	3.735
Equador	420	4.200	2.940	—
El Salvador	94	940	—	—
Espanha	2.393	23.930	11.050	50.000
Estados Unidos	17.600	176.000	85.050	8.000
Finlândia	393	3.930	2.390	5.800
França	2.162	21.620	9.600	—
Guatemala	420	4.200	1.840	2.500
Guiana	120	1.200	530	5.000
Haiti	94	940	—	—
Honduras	314	3.140	1.380	5.000
Israel	173	1.730	770	1.250
Itália	2.162	21.620	15.360	—
Jamaica	126	1.260	—	—
Japão	2.393	23.930	11.050	6.250
México	5.000	50.000	21.890	158.750
Nicarágua	314	3.140	2.200	—
Noruega	393	3.930	2.390	5.775
Países Baixos	1.071	10.710	4.760	3.750
Panamá	314	3.140	1.650	—
Paraguai	314	3.140	2.200	—
Peru	2.003	20.030	9.900	—
Portugal	182	1.820	1.110	5.867
República Dominicana	435	4.350	1.990	2.500
Suécia	393	3.930	2.390	5.782
Suiça	1.071	10.710	5.710	2.500
Suriname	30	300	225	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	1.380	5.000
Uruguai	857	8.570	4.640	—
Venezuela	4.311	43.110	22.980	7.500
Total 2002	69.156	\$ 691.560	\$ 358.635	\$ 340.625
Total 2001	68.191	\$ 681.910	\$ 401.885	\$ 1.317.124

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Nota H – Participações em empréstimos

A Corporação mobiliza recursos provenientes de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes) mediante a participação em empréstimos. Estes empréstimos são vendidos pela Corporação aos participantes sem recurso e administrados pela própria Corporação, que paga o respectivo serviço em nome dos participantes. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, os recursos postos pelos participantes à disposição efetiva da Corporação e desembolsados elevaram-se a US\$5.214.000 (US\$24.455.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001). Os recursos postos à disposição da Corporação pelos participantes e não desembolsados foram de US\$6.546.000 em 31 de dezembro de 2002 (US\$7.872.000 em 31 de dezembro de 2001).

Nota I – Transações com entidades correlatas

A Corporação recebe do BID alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que este pode prestá-los a ambas as instituições de modo eficiente. Entre a Corporação e o BID há também um contrato relativo ao aluguel de escritórios, que venceu em 2002. Em 2003 a Corporação se mudará para outros escritórios dentro das atuais instalações do BID e continuará pagando aluguel nos termos do contrato de locação vigente, até que se negocie um novo contrato para os novos escritórios.

Relacionam-se a seguir os montantes pagos pela Corporação ao BID a título de utilização de escritórios e outros serviços de apoio administrativo durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002	2001
Escritórios	\$ 1.116	\$ 1.099
Serviços de apoio	448	536
	\$ 1.564	\$ 1.635

As contas a pagar ao BID eram de US\$1.271.000 em 31 de dezembro de 2002 (US\$77.000 em 31 de dezembro de 2001).

Em 2002 e 2001 não havia montantes pendentes com o BID nos termos de um contrato de empréstimo em vigor. Ver a Nota F.

A Corporação assinou contratos para prestação de serviços de assessoria ao BID. Conforme seus termos, a Corporação recebeu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, honorários no montante de US\$500.000 (US\$475.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001).

Nota J – Plano de aposentadoria

O BID patrocina um plano de aposentadoria de benefícios definidos (Plano de Aposentadoria) que cobre basicamente todo o pessoal da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Aposentadoria, os benefícios baseiam-se em anos de serviço e remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, determinado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Aposentadoria. A contribuição total baseia-se no método agregado de financiamento. Todas as contribuições ao Plano de Aposentadoria e todos os demais ativos e receitas destinados ao Plano de Aposentadoria são reunidos em contas separadas dos outros ativos e receitas da Corporação e do BID. Só podem ser usados em benefício dos participantes do Plano de Aposentadoria e de seus beneficiários, até que todas as obrigações para com eles sejam pagas ou se tornem objeto de provisão. Não há informações acerca das obrigações relativas a benefícios acumulados nem sobre os ativos conexos atribuíveis à Corporação. O gasto total a cargo da Corporação referente ao Plano de Aposentadoria no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 foi de US\$841.000 (US\$12.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001).

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

Nota K – Outros benefícios posteriores à aposentadoria

Além das pensões, a Corporação presta assistência médica e outros benefícios aos aposentados. Todos os funcionários atuais que participem do Plano de Aposentadoria, se aposentem conforme seus termos e atendam a determinados requisitos têm direito a esses benefícios posteriores.

A Corporação contribui anualmente para o Plano de Benefícios Posteriores à Aposentadoria do BID (Plano) num montante correspondente à despesa apurada atuarialmente. A parcela do total de ativos do Plano que cabe à Corporação é calculada com base na proporção dos recursos com que a Corporação contribui e na taxa de retorno de seus ativos, excluindo quaisquer pagamentos a funcionários a título de benefícios posteriores à aposentadoria. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 a Corporação contribuiu com US\$382.000 para o Plano (US\$220.000 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001). Calcula-se que as futuras contribuições de recursos ao Plano equivalham ao custo atuarial anual.

Na tabela seguinte, conciliam-se as variações nas obrigações de benefícios do Plano, o valor justo dos ativos e a situação de capitalização do Plano em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002	2001
<i>Conciliação das obrigações de benefícios</i>		
Obrigação em 1º de janeiro	\$ 7.403	\$ 8.141
Custo do serviço	769	727
Custo dos juros	426	365
Ganho atuarial	(41)	(1.830)
Obrigação em 31 de dezembro	8.557	7.403
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>		
Valor justo dos ativos do Plano em 1º de janeiro	7.713	7.974
Retorno real sobre os ativos do Plano	(848)	(481)
Contribuições do empregador	382	220
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro	7.247	7.713
<i>Situação de capitalização</i>		
Situação de capitalização em 31 de dezembro	(1.310)	310
Obrigação transitória não reconhecida	2.098	2.272
Ganho não reconhecido	(788)	(2.470)
Ativos previamente pagos referentes a outros benefícios dos aposentados	\$ —	\$ 112

As perdas e ganhos atuariais que ultrapassem 10% da obrigação de benefício ou do valor de mercado dos ativos do plano, prevalecendo o maior, são amortizados ao longo da vida média restante dos participantes ativos, calculada em cerca de 10,8 anos. As obrigações transitórias líquidas não reconhecidas são amortizadas num prazo de 11,8 anos.

São as seguintes as premissas atuariais ponderadas que se levam em conta no cálculo da obrigação de benefício:

	2002	2001
Taxa de desconto	6,25%	5,25%
Rendimento previsto dos ativos do Plano	7,25%	6,00%

Notas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2001

A obrigação acumulada correspondente aos benefícios posteriores à aposentadoria foi determinada com base numa tendência de aumento de 9,75% no custo dos serviços médicos, 16,75% no custo dos medicamentos controlados e 8,25% no custo dos serviços dentários para os participantes que se supõe venham a permanecer nos Estados Unidos uma vez aposentados. Pressupôs-se que essa taxa diminuiria paulatinamente, até situar-se em 5,25% a partir de 2013. Quanto aos participantes que se supõe venham a residir fora dos Estados Unidos após a aposentadoria, adotou-se uma hipótese de aumento de 9,75% para o conjunto dos serviços de saúde.

O custo periódico líquido dos benefícios é composto pelos seguintes componentes em 31 de dezembro de 2002 e 2001 (em milhares de dólares):

	2002	2001
Custo dos serviços	769	\$ 727
Custo dos juros	427	365
Amortização do ganho e da obrigação de transição não reconhecidos	(79)	(151)
Menos: retorno previsto dos ativos do Plano	(622)	(584)
	\$ 495	\$ 357

As taxas previstas da tendência dos custos dos serviços de saúde afetam de modo significativo os montantes contabilizados na rubrica dos planos de seguro de saúde. Uma variação de um ponto percentual nas taxas previstas da tendência do custo de serviços de saúde teria os seguintes efeitos (em milhares de dólares):

	Aumento de um ponto percentual		Redução de um ponto percentual	
	2002	2001	2002	2001
Efeito sobre o total dos componentes do custo dos serviços e dos juros	\$ 232	\$ 222	\$ (188)	\$ (180)
Efeito sobre a obrigação de benefício pós-aposentadoria	1.445	1.297	(1.172)	(1.052)

Governadores e Governadores Suplentes

País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	Uschi Eid	Rolf Wenzel
Argentina	Roberto Lavagna	
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Thomas Wieser
Bahamas	James H. Smith, CBE	Ruth Millar
Barbados	Reginald R. Farley, M.P.	Grantley Smith
Belize	Ralph Fonseca	Meliton J. Auil
Bolívia	José Guillermo Justiniano Sandoval	Javier Comboni Salinas
Brasil	Guilherme Gomes Dias	Dante Coelho de Lima
Chile	Nicolás Eyzaguirre	María Eugenia Wagner Brizzi
Colômbia	Roberto Junguito Bonnet	Santiago Montenegro Trujillo
Costa Rica	Jorge Walter Bolaños	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Carsten Staur	Ove Ullerup
El Salvador	Juan José Daboub	Luz María Serpas de Portillo
Equador	Francisco Arosemena Robles	Alonso Pérez Kakabadse
Espanha	Rodrigo de Rato y Figaredo	Juan Costa Climent
Estados Unidos	Paul H. O'Neill	Alan P. Larson
Finlândia	Pertti Majanen	Matti Kääriäinen
França	Francis Mer	Jean-Pierre Jouyet
Guatemala	Eduardo H. Weymann Fuentes	Lizardo Sosa
Guiana	Bharrat Jagdeo	Saisnarine Kowlessar
Haiti	Faubert Gustave	Paul Duret
Honduras	Arturo Alvarado	María Elena Mondragón de Villar
Israel	David Klein	Dan Catarivas
Itália	Giulio Tremonti	Vincenzo Desario
Jamaica	Omar Davies, M.P.	Shirley Tyndall
Japão	Masajuro Shiokawa	Masaru Hayami
México	Francisco Gil Díaz	Agustín Carstens Carstens
Nicarágua	Norman José Caldera Cardenal	Eduardo Montealegre Rivas
Noruega	Olav Kjørven	Age Grutle
Países Baixos	Hans Hoogervorst	Agnes van Ardenne van der Hoeven
Panamá	Norberto Delgado Durán	Eduardo Antonio Quirós B.
Paraguai	Alcides Jiménez Q.	José Ernesto Büttner Limprich
Peru	Javier Silva Ruete	Kurt Burneo Farfán
Portugal	Maria Manuela Ferreira Leite	Miguel Jorge Reis Antunes F.
República Dominicana	Francisco M. Guerrero Prats-R.	Luis Manuel Piantini Munnigh
Suécia	Gun Britt Andersson	Stefan Emblad
Suíça	Oscar Knapp	Peter Bischof
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley B. Ramsaran
Trinidad e Tobago	Keith Rowley	Victoria Mendez-Charles
Uruguai	Ariel Davrieux	Isaac Alfie
Venezuela	Tobias Nóbrega Suárez	

Informações atualizadas em dezembro de 2002

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes

Alemanha, Áustria, Itália e Países Baixos	Michaela Zintl Paolo Cappellacci
Argentina e Haiti	Ricardo R. Carciofi Martín Bès
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Luis Alberto Rodríguez Havelock Brewster
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	José Carlos Quirce José Carlos Castañeda
Bolívia, Paraguai e Uruguai	Orlando Ferreira Caballero Jorge Crespo-Velasco
Brasil e Suriname	Martus Tavares Federico Álvares
Chile e Colômbia	Germán Quintana Luis Guillermo Echeverri
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Paal Aavatsmark Robert Pantzer
Equador e Peru	Jaime Pinto Tabini César Coronel
Espanha, Israel, Japão e Portugal	Marta Blanco Yoshihisa Ueda
Estados Unidos da América	José A. Fourquet Jorge L. Arrizurieta
México e República Dominicana	Agustín García-López Héctor Santos
Panamá e Venezuela	José Alejandro Rojas Eduardo Linares

Administração e Gerência

Gerente-Geral	Jacques Rogozinski
Chefe de Divisão, Financiamento Direto a Empresas	Steven L. Reed
Chefe de Divisão, Serviços Financeiros	Jorge Zelada
Chefe de Divisão, Finanças, Gerenciamento de Risco e Administração	Jorge Roldán
Assessor Jurídico, Divisão Legal	Raul Herrera
Conselheiro Jurídico Executivo, Divisão Legal	Sarah Fandell
Oficial Principal de Crédito	Mario Mahler
Coordenador Principal, Operações Especiais	Jorge Pacheco

Pessoal de apoio

Contador Principal	Shane L. Bateman
Recursos Humanos	Susana Salazar
Oficial Principal de Carteira	Rigoberto Ordóñez
Tesoureiro	Barbara D. McGowan

Secretaria

Secretário	Carlos Ferdinand
Sub-Secretário	Armando Chuecos

Informações atualizadas em dezembro de 2002

Sede

1500 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Telefone: (202) 625-5900
Fax: (202) 625-3815
E-mail: iicmail@iadb.org

Escritórios regionais

Escritório regional andino

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Bancafé
Bogotá, Colômbia
Telefone: (571) 325-7058, (571) 325-7059
Fax: (571) 325-7057

Escritório regional centro-americano

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Telefone: (506) 257-1418 ou (506) 253-2543
Fax: (506) 257-0083

Escritório regional do Cone Sul

Andes 1365, Piso 13
11.100 Montevideú, Uruguai
Telefone: (598-2) 901-6063
Fax: (598-2) 900-8899

Equipe editorial e de produção

Claudio Debenedetti
Maridale Jackson
Jorge Roldán
Sylvia Sotela
Alejandra Vallejo

